

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO DA UFMG
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA
EDUCAÇÃO BÁSICA

ELOISA MARIA CLARETE VELOSO

A INVISIBILIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Belo Horizonte

2015

ELOISA MARIA CLARETE VELOSO

A INVISIBILIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): José Raimundo Lisboa da Costa

Belo Horizonte

2015

ELOISA MARIA CLARETE VELOSO

A INVISIBILIDADE DA CRIANÇA NEGRA NO ESPAÇO ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção de título de Especialista em Diversidade, Educação, Relações Étnico-Raciais e de Gênero pelo Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador (a): Jose Raimundo Lisboa da Costa

Aprovado em 9 de maio de 2015.

BANCA EXAMINADORA

Nome orientador – Faculdade de Educação da UFMG

Nome do Convidado – Instituição a que pertence

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte de amor e Senhor de todas as coisas.

Ao meu pai José Maria (in memoriam) pelos seus esforços para que seus filhos estudassem.

À minha mãe Maria Lúcia, pelo seu amor e apoio incondicional.

À minha irmã Suely, pela sua generosidade e cuidados singulares.

A Katia, pela sua amizade, desprendimento e companheirismo de sempre.

Ao professor José Raimundo, pela paciência e dedicação com que me orientou.

Às crianças da “Turma Amarela” e seus familiares, pelo enorme carinho e atenção.

A todos que me auxiliaram ao longo dessa caminhada.

Vem ver, vem ver
Vem que é pra ouvir tambor bater
Pra cantar canto de iorubá, malê
Vem ver, vem ver
Que onde cada tambor se ouviu
Negro que chamou pro Brasil se ver, vem ver.

Vem Ver – Sérgio Santos

RESUMO

O presente estudo discorre sobre a criança negra que não se vê representada de forma digna em seus aspectos identitários e culturais no espaço escolar, frente ao silêncio entranhado no ritual pedagógico, que por séculos vem reproduzindo práticas racistas no cotidiano escolar. As reivindicações do Movimento Negro por uma educação antirracista sempre denunciaram a desigualdade racial presente na sociedade brasileira desde os primórdios da escravidão até os dias atuais. A Lei 10.639/03 é o fruto dessa luta incessante do Movimento Negro que busca no currículo desconstruir a imagem negativa e distorcida da cultura africana e afro-brasileira. No campo das reflexões sobre a falta de visibilidade da criança negra no espaço escolar, temos como referências teóricas principais: Fazzi (2004), Cavalleiro (2003), Gomes (2010) e Santomé (2005). Buscamos também investigar por meio de questionário a percepção das professoras no que se refere à receptividade e aplicabilidade da Lei 10.639/03 na sala de aula e a percepção da família em torno de projetos voltados para a educação étnico-racial na escola. Para a intervenção pedagógica organizamos, atividades de canto e percussão, objetivando intensificar atitudes de empatia que viabilizem a abordagem da diversidade racial e cultural entre as crianças. Consideramos imprescindível e defendemos a construção de um currículo aberto para a diversidade e a formação permanente de professores (as) para a superação do racismo na escola.

PALAVRAS - CHAVE: Invisibilidade. Criança negra. Escola. Racismo.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. A UMEI SILVA LOBO.....	11
2. 1 O espaço físico da escola.....	13
3. A UMEI SILVA LOBO – FINS E OBJETIVOS.....	14
3.1 Organização do cotidiano escolar.....	15
3.2 Prática pedagógica do cotidiano escolar.....	17
4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
4.1 O Negro e a educação.....	19
4.2 A Lei 10.639/03 e a educação das relações étnico-raciais.....	25
5. ANÁLISE E REFLEXÕES EM TORNO DA LEI 10.639/03	29
5.1 Perfil das professoras entrevistadas	29
5.2 Projeto Político Pedagógico da UMEI Silva Lobo	29
5.3 O discurso das professoras em torno da Lei 10.639/03.....	31
5.4 Reflexões, críticas e propostas.....	37
5.5 O discurso das famílias em torno das relações étnico-raciais	39
6. DESENVOLVIMENTO DA AÇÃO PEDAGÓGICA	43
6.1 Roda de musicalização	43
6.2 Teatro musicalizado	46
7. ENCONTRO DE PARCEIROS	50
7.1 Escola Municipal Henriqueta Lisboa	50
7.2 Guarda de Congado São Benedito.....	53
8. MATERIALIDADE.....	55
9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES.....	56
10. AVALIAÇÃO.....	58
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
13. ANEXOS	66

1. INTRODUÇÃO

A construção deste trabalho permitiu o entrelaçamento da memória acadêmica de minha infância; com a trajetória como professora na educação infantil; desde o ano de 2005, na Unidade Municipal de Educação Infantil Aarão Reis, região Norte de Belo Horizonte e a partir de meados do ano de 2012, na Unidade Municipal de Educação Infantil Silva Lobo, região Oeste de Belo Horizonte.

Iniciei a minha vida escolar aos seis anos e oito meses. Apesar de ser uma criança tranquila e gostar muito de estudar, tenho más recordações dessa época, pois as crianças negras sofriam rejeição, agressões verbais e físicas acometidas por outras crianças, como pelo fato de conviver com o silêncio das professoras que apartavam os conflitos sem dar a devida atenção aos fatos.

Por não ver os negros representados de forma digna e positiva nas séries iniciais de minha vida escolar, tinha dificuldades em ler, ver ou ouvir qualquer coisa que se referia a África e aos negros. Em 2005, resolvi de vez preencher essa lacuna ingressando no curso de Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais, onde desenvolvi o trabalho monográfico com ênfase nas perspectivas e desafios em torno da Lei 10.639/03 nas Escolas Municipais de Belo Horizonte.

O resultado da pesquisa apontou significativas mudanças por parte do Poder Público, ocorridas após cinco anos da promulgação da Lei 10.639/03, em ofertas de kits com livros de pesquisa e literários para bibliotecas, produção e divulgação de diversos artigos e cursos; em especial a Pós-Graduação aos professores (as) da Rede Municipal de Belo Horizonte.

Embora os esforços empreendidos pelo poder público, no cotidiano da sala de aula são pouco os professores que se interessam em pesquisar e trabalhar o tema com profundidade. Fato percebido na UMEI Aarão Reis, em que o diálogo e reflexão em torno das relações étnico-raciais só ganharam espaço após o ingresso de duas educadoras na Pós-graduação da UFMG– Curso de Especialização em Formação de Educadores para a Educação Básica – nos anos de 2010 e 2012.

O tema central desse trabalho “A Invisibilidade da Criança Negra no Espaço Escolar”, é um desafio proposto para desestabilizar as práticas de homogeneização que exclui os seus

diferentes. A escola é um espaço privilegiado para o processo de socialização e é neste ambiente que as crianças estabelecem relações com outras crianças e pessoas de diferentes etnias, gêneros e crenças religiosas, vivenciando as primeiras tensões raciais e culturais.

Destarte, a escolha do tema supracitado também resulta das minhas observações desde a minha chegada à UMEI Silva Lobo em meados do mês de julho de 2012. No que se concerne a atividades voltadas para a educação das relações étnico-raciais não percebi nenhuma iniciativa institucional ou individual em pauta; bem como a escassez em seu acervo pedagógico e literário de materialidade significativa que abordassem o tema sobre as relações étnico-raciais.

O plano de ação tem por objetivo geral analisar os aspectos que levam à invisibilidade da criança negra no espaço escolar e suas conseqüências na construção de sua identidade; objetivando especificamente visibilizar os aspectos étnicos e culturais entre as pessoas, intensificar as atitudes de empatia, respeito, reconhecimento e valorização das diferenças culturais e étnicas presente no espaço escolar, tendo como suporte a musicalidade para sensibilizar e envolver as crianças no universo da música, ofertando ritmos, melodias e danças africanas e afro-brasileiras, a fim de contribuir para a construção de sua identidade

Para elaboração do plano de ação, escolhi o tema “A invisibilidade da criança negra no espaço escolar”, pois, a presença do negro no espaço escolar sempre foi marcada pela exclusão. A criança negra não encontra aspectos de sua identidade e cultura nos livros didáticos, literários e atividades pedagógicas e rotineiras em situações favoráveis que a leve considerar socialmente integrada. O mito da democracia racial, ainda presente no imaginário da sociedade brasileira, ignora a presença de outras etnias na formação do povo brasileiro, invisibilizando os seus diferentes.

Em termos metodológicos, os procedimentos adotados para o desenvolvimento do Plano de Ação foram construídos em três momentos: o primeiro é resultante de observações atentas à organização do ambiente, materialidade e da prática pedagógica da escola e levantamento de dados sobre o perfil do público atendido na UMEI Silva Lobo – crianças de zero a cinco anos e seis meses – quesito cor; auto classificado pelos pais no ato da matrícula.

No segundo momento, pesquisa de campo na instituição por meio de um questionário em torno da Lei 10.639/03, aplicado a dezessete professoras dos turnos manhã e tarde - incluindo

gestão e coordenação e questionário aplicado às famílias da Turma Amarela, contendo cinco questões a respeito das questões étnico-raciais.

No terceiro momento, o desenvolvimento da ação pedagógica, articulando atividades de Roda de Musicalização e Teatro Musicalizado com a Turma Amarela e posteriormente com familiares da mesma. O Teatro Musicalizado com outras turmas e turnos da escola e comunidade. Os encontros com parceiros que contribuiram levando para o interior da escola a dança africana, afro-brasileira e o congado.

Os resultados das pesquisas foram analisados e organizados em cinco etapas. Na primeira, iniciamos com a apresentação do Perfil das professoras entrevistadas. Na segunda, as questões que envolvem o Projeto Político Pedagógico da escola; na terceira buscamos conhecer o discurso das professoras em torno da Lei 10.639/03. Na quarta a apresentação das reflexões, críticas e propostas das entrevistadas para com a pesquisa e na quinta etapa finalizamos com o discurso das famílias em torno das relações étnico-raciais no espaço escolar.

Em relação a sua estrutura, o Plano de Ação está organizado em três partes. A primeira parte está orientada para a trajetória do negro no espaço escolar sempre marcada pela exclusão mediante um currículo fechado e alheio a sua história e cultura. A segunda, refere-se à Lei 10.639/03 e sua implicação na educação das relações étnico raciais nesse momento da história em que os movimentos sociais – em especial o Movimento Negro - estão cada vez mais aguerridos em busca de representatividade positiva e a parte três, diz respeito à busca por uma educação antirracista, perpassando pela reconstrução do currículo em favor das culturas silenciadas, apontando caminhos através de ações positivas de reconhecimento e valorização da cultura negra.

Por fim, consideramos que pensar em educação na atualidade, significa repensar o papel da escola e sua estruturação curricular, mediante as constantes transformações sociais que perpassam pela emergência de novas culturas e identidades, exigindo da escola e de seus atores educacionais um posicionamento questionador, comprometido com uma educação pluriétnica e democrática que contemplem a heterogeneidade racial e cultural da sociedade brasileira.

2. A UMEI SILVA LOBO

A Unidade Municipal de Educação Infantil Silva Lobo situa-se na Avenida Silva Lobo, 2.250, no Bairro Nova Granada e é de fácil acesso, sendo a quinta UMEI construída na região oeste de Belo Horizonte. Recebeu esse nome por estar localizada na Avenida Silva Lobo que outrora homenageou o médico Dr. Francisco Cândido da Silva Lobo, notável pela sua caridade e sutileza nas relações sociais.

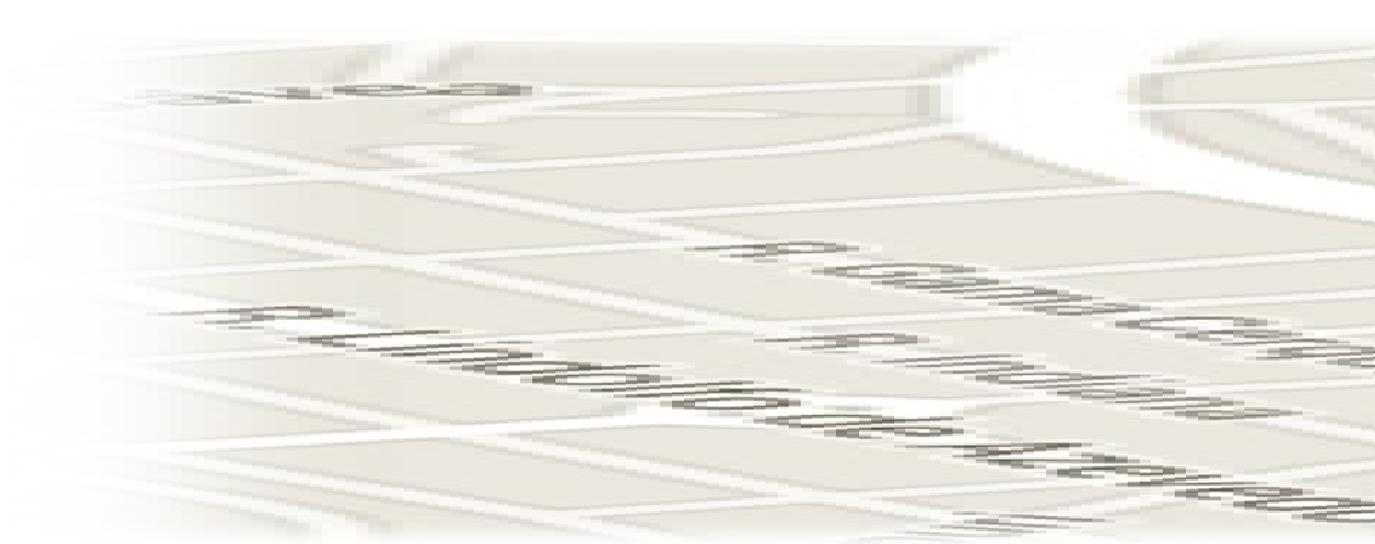


Figura 1: Mapa da Avenida Silva Lobo

Fonte: Google mapa

O público atendido é composto por moradores do aglomerado Morro das Pedras, do bairro Nova Granada e dos bairros vizinhos – Grajaú, Jardim América, Nova Suíça e Alto Barroca. As moradias em sua maioria são edifícios de pequeno e médio porte e vários contornam a UMEI Silva Lobo. No aglomerado Morro das Pedras as moradias se dividem em construções de alvenaria simples e prédios da viva vila.

O bairro possui saneamento básico adequado, ruas pavimentadas, praças arborizadas, praça da saúde e comércio em grandes proporções – padarias, lojas de roupas, depósito de material de construção, farmácias, supermercados, sacolões, papelarias, copiadora, lanchonetes, restaurantes, academias, lojas de material eletro.eletrônica e floriculturas.

A população também pode se dispor de Instituições financeiras: Banco do Brasil, Banco Itaú e Caixa Econômica Federal; Instituição de ensino superior: a faculdade Newton Paiva. A

Associação Internacional Lions Club; Hospital Dia Maternidade da Unimed; Unidade Policial Militar e o Posto de Saúde Municipal. Ressalto ainda a feira livre de artesanato realizada nas manhãs de sábado e domingo.

Nos bairros vizinhos, a UMEI Grajaú; Escola Municipal Hugo Werneck; Escola Estadual Nossa Senhora do Belo Ramo; Escola Municipal Magalhaes Drumond; Escolas particulares de pequeno e médio porte como Pequeno Príncipe e Ápice; Centro Infante-Juvenil Crescer Sorrindo; Creche Frei Euzébio e Vó Angelina; Sociedade Cruz de Malta, Casa Miguel Magone, Quilombo dos Luizes, o CESAM¹, o CRAS² e Instituições religiosas católica, evangélica e espírita. Em relação ao transporte público, o usuário conta com uma variedade de linhas de ônibus bairro/centro e via metrô calafate.



Figura 2: Entrada principal da UMEI Silva Lobo

2.1 O ESPAÇO FÍSICO DA ESCOLA

¹ Centro de Referência em Saúde Mental

² Centro de Referência de Assistência Social

O espaço físico da UMEI Silva Lobo é extenso em áreas verdes e seu espaço físico interno tem dois andares com acesso através de dois lances de escada e um elevador disponível somente para cadeirantes e pessoas com dificuldades de locomoção. No andar superior comportam oito salas ateliês, quatro banheiros, sendo dois adequados para cadeirantes, uma sala de estudo para as professoras com banheiro e uma pequena sala de café.



Figura 3: Playground da UMEI Silva Lobo

No primeiro andar comportam três salas referências; um espaço ateliê/refeitório; um berçário com sala atividade, fraldário e dormitório; dois banheiros, sendo um adequado para cadeirante; uma sala multiuso; uma sala diretoria/coordenação; uma sala/depósito de material pedagógico; uma sala secretaria; uma cozinha; uma despensa; um refeitório; uma lavanderia e um saguão utilizado para acolhida e eventos culturais.

Na ala externa, um solário para o berçário; um anfiteatro, um parquinho gramado com escorregadores e gangorras, um solário e um parquinho com brinquedos para crianças de 01 e 02 anos; uma horta com cultivo de verduras, um bosque gramado com várias árvores e um estacionamento para os carros dos (as) funcionários (as) da escola.

3. UMEI SILVA LOBO: FINS E OBJETIVOS

A Unidade Municipal de Educação Infantil Silva Lobo, iniciou suas atividades em novembro de 2011. De acordo com o seu regimento escolar tem como princípio para sua prática pedagógica o respeito aos tempos de vivências da criança, considerando-a com sujeito de direito, sócio-histórico-cultural. Tem por objetivo estimular o desenvolvimento integral da criança, por isso, suas intenções são norteadas pela construção da identidade e autonomia da criança, onde concebe o cuidar e o educar como dimensões indissociáveis nas suas ações.

Reconhece que o brincar é um momento privilegiado da criança estar, interagir e conhecer o mundo. A criança deve ter a oportunidade de brincar e de divertir-se, e isto é entendido e respeitado pela UMEI Silva Lobo como parte de seu processo educacional.

De modo que, busca atender as crianças nas suas necessidades de interação e socialização, construindo coletivamente regras para a sua convivência de forma segura, prazerosa e feliz, levando em consideração os princípios da sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da diversidade de manifestações artísticas e culturais das mesmas, independente das suas diferenças sociais, econômicas, étnicas e religiosas, proporcionando assim, o desenvolvimento de seus valores éticos e de cidadania.

O seu trabalho está voltado para o desenvolvimento das múltiplas linguagens – oral e escrita, matemática, plástica, musical, mundo e corporal - e para uma pedagogia de projetos, a qual considera uma forma de participação ativa das crianças no fazer pedagógico.

Enfim, procura organizar uma rotina de tempos e espaços que propiciem a formação pessoal, social e de mundo da criança, refletindo continuamente sobre a sua ação pedagógica, onde busca sempre uma pedagogia, não simplesmente para ensinar, mas também, para aprender a aprender, para aprender a viver.

3.1 ORGANIZAÇÃO DO COTIDIANO ESCOLAR

A Unidade Municipal de Educação Infantil Silva Lobo, vinculada à Escola Municipal Magalhães Drumond, vem complementar a ação da família. Acredita na parceria da família para que juntos - pais, professoras, coordenadora, vice-diretora e funcionários da UMEI, possam por meio de uma relação de convivência permeada pelo afeto, contribuir para a formação humana e desenvolvimento das crianças.

Seu corpo docente é formado pela direção, vice direção, coordenação, professoras e auxiliar de secretaria, todas servidoras públicas concursadas; acrescido das cantineiras, faxineiras, auxiliares de apoio à inclusão, porteiros e vigias, todos contratados pelo Caixa Escolar da Escola Municipal Magalhaes Drumond.

A UMEI tem capacidade de atendimento para 240 crianças de zero a cinco anos e oito meses, organizadas em turnos manhã/ tarde e integral. Em 2014 as salas foram assim estruturadas:

- Manhã: duas turmas de 05 anos; três turmas de 04 anos; três turmas de 03 anos e uma turma de 02 anos.
- Tarde: duas turmas de 05 anos; três turmas de 04 anos; três turmas de 03 anos e uma turma de 02 anos.
- Integral: uma turma de 02 anos; uma turma de 01 ano e uma turma de berçário.

Em relação aos horários de atendimento a UMEI Silva Lobo assim estabeleceu de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação:

- Horário Parcial: Manhã: 07h00min às 11h20min e, Tarde: 13h00min às 17h20min;
- Horário Integral: 07h00mim às 17h20mim.

As salas de aula do piso superior foram organizadas para as crianças de três a cinco anos e oito meses e distribuídas em ateliês: As salas estão equipadas com um tapete, mesas e cadeiras para as crianças, mural para exposição de atividades, prateleiras com livros e objetos específicos de cada ateliê. No piso inferior as salas para as crianças de um a dois anos em horário integral são organizadas para dois tempos: atividade e repouso.



Figura 4 - Sala ateliê do faz-de-conta

Essas salas são equipadas com pias, lixeira, colchonetes, organizadores para objetos pessoais, tapetes, cantinhos com brinquedos e livros variados conforme a faixa etária e ao alcance da criança. No espaço mini ateliê as prateleiras são equipadas com materiais para pintura, desenho, colagem e reciclagem, estes fora do alcance das crianças. Para a turma de dois anos parcial a sala é planejada apenas para atividade e é equipada com mesas e cadeiras para as crianças, cantinhos com brinquedos e livros variados ao alcance das crianças, pia e lixeira.

O berçário que atende as crianças de zero a um ano e seis meses de idade. A sala para atividades também é organizada para dois tempos: atividades e refeitório e carrinhos para passeios. É equipada com cadeirões para refeições, brinquedos e livros ao alcance da criança, espelho de parede, lavatório e tatame de espuma para relaxamento. O fraldário com duas mesas para troca de fraldas, uma banheira, uma pia e uma lixeira. No dormitório, uma estante de alvenaria e doze berços estilo cama.

3.2 PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DO COTIDIANO ESCOLAR

A proposta pedagógica da UMEI Silva Lobo – em processo de construção – está voltada para o desenvolvimento das múltiplas linguagens e para uma pedagogia de projetos. A sua prática pedagógica é diferenciada com salas/ateliês – experiência italiana – que em sua rotina diária envolve apenas as turmas de três anos a cinco anos e oito meses.

A organização das salas ateliês - reciclagem, som, faz de conta, construção, pesquisa, artes plásticas, luz e digital – é um projeto institucional idealizado pela coordenadora da UMEI Silva Lobo que atua nos dois turnos e enfatiza a proposta dos ateliês como fonte de possibilidades para que a criança possa construir seu próprio conhecimento por meio de experiências e descobertas tendo a professora como mediadora em suas ações.

As crianças saem de sua sala/ateliê referencial, passam por um ateliê diário e retornam para a sala/ateliê referencial; esse deslocamento é conduzido pela professora da turma e/ou pela professora apoio da turma. As atividades devem ser planejadas a partir da escuta da turma e desenvolvidas em conformidade com as múltiplas linguagens. A professora apoio desenvolve as atividades voltadas para as áreas de brinquedos e brincadeiras, e as demais linguagens – música, matemática, plástica, natureza e sociedade, oral e escrita fica a cargo da professora referência.

Os trabalhos produzidos são expostos nas salas e no corredor para apreciação de todos, inclusive da família que, na visão da escola é uma das parcerias importante na construção da proposta pedagógica e por isso tem livre acesso para conduzir e buscar a criança na sala de aula. A produção também é organizada em portfólios individuais e em Power Point para apresentação em reuniões de pais e encontros pedagógicos - coordenação/professoras. As atividades de saída da escola acontecem apenas para as crianças da faixa etária de três a cinco anos.

Nas turmas de zero a dois anos a prática pedagógica também orientada é para o desenvolvimento das múltiplas linguagens acontece em cada espaço pensado e organizado para essa faixa etária. As professoras apoio desenvolvem projetos voltados para a área de movimento corporal e sensações e as professoras referências os projetos de música e histórias.

Além das salas, as crianças pequenas contam com um pequeno refeitório que fora dos horários de refeições é utilizado como um mini ateliê para realizações de atividades de

pintura, modelagem, colagem e desenho; exceto o berçário que tem o seu espaço independente, subdividido em três ambientes.

O primeiro: sala atividade/refeitório para atividades de brincadeiras, relaxamento e alimentação; o segundo: fraldário para as atividades de banho e higienização e o terceiro: dormitório para a atividade de sono com berço estilo cama bem rente ao chão, modelo sugerido pela coordenação da UMEI Silva Lobo, possibilitando a criança à autonomia de entrar e sair do mesmo sem ajuda das professoras.

O cuidar e o educar são ações indissociáveis na rotina diária da UMEI, nesse sentido as crianças recebem atenção especial na alimentação e higienização. A alimentação segue um cardápio mensal balanceado e equilibrado fornecido pela Secretaria Municipal Adjunta de Segurança Alimentar e Nutricional.

Caso a criança necessitar de uma alimentação diferenciada e estiver amparada por um laudo médico a mesma é acompanhada por uma nutricionista da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para o fornecimento da dieta especial. A alimentação oferecida diariamente pela UMEI nos turnos:

- Manhã - café da manhã/ almoço e fruta e/ou suco natural.
- Tarde – lanche/ jantar e fruta e/ou suco natural.
- Integral – café da manhã/ fruta e/ou suco natural/ almoço/ lanche e jantar.

Em relação à higienização todas as crianças recebem os cuidados de saúde bucal – escovação – e os cuidados com o corpo – banho – somente as crianças do integral, organizados em duas etapas: metade manhã e a outra metade à tarde.

Quanto à organização do trabalho com a família e comunidade a UMEI Silva Lobo busca o acolhimento diário das famílias através da escuta dos pais; nas promoções da festa da família e com a participação da família nos projetos institucionais.

4. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

4.1 O NEGRO E A EDUCAÇÃO

O Estado Brasileiro ao declarar extinta a escravidão no Brasil em 1888, sequer preocupou-se com o contingente de negros e a estrutura da sociedade brasileira qualitativamente em nada mudou. A abolição isenta de medidas sociais, mas aliada à política de imigração europeia, subjugou a população negra à margem da sociedade, excluindo-os dos direitos sociais, econômicos e políticos do país.

Livre, o negro se viu entregue à própria sorte, vitimado anteriormente pela escravidão e depois pela política de imigração de trabalhadores europeus no solo brasileiro. O negro foi julgado e classificado como incapaz e inferior e conseqüentemente, penalizados e excluído da sociedade, desse modo, foram obrigados a criar estratégias de sobrevivência, lutar por melhores condições sociais e econômicas numa sociedade secularmente racista, disposta a oprimir, explorar e subalternizar a população negra.

No campo educacional a situação do negro também era precária. O regime republicano não ampliou de imediato os direitos políticos após sua proclamação e o direito à educação não foi garantido a todos durante muitas décadas.

No início do século XX, as organizações sociais, oriundas de negros revoltos durante o período da escravidão no Brasil, emergem na era republicana, ainda mais resistentes, sob a forma de Movimentos Sociais, denunciavam as injustiças herdada do efeito escravidão/abolição; e reivindicavam espaço e visibilidade para os negros que outrora foram e continuam sendo menosprezados e silenciados pela sua diferença étnica e direitos à cidadania.

Decorrente do processo da globalização, o Brasil vem passando por várias transformações em diversas áreas. O discurso da Democracia Racial, ideologia que apregoam negros e brancos em convivência harmoniosa, passou a ser cada vez mais contestado por diversos grupos sociais que se organizam e lutam em busca de espaços de reconhecimento, afirmação e valorização de suas identidades. De acordo com Santomé (1995, p.168/169), “[...] os discursos e práticas racistas são utilizados para justificar e reforçar os privilégios econômicos e sociais dos grupos sociais dominantes”.

O Governo Federal – representado pelo até Presidente Fernando Henrique Cardoso – reconheceu a presença do racismo no Brasil, afirmando ser de cunho moral e político a necessidade absoluta em superar o racismo ainda presente em nossa sociedade viabilizando espaços para o debate público e implementação de políticas públicas no combate às desigualdades raciais, promovendo ações afirmativas para o acesso ao trabalho, saúde, educação e condições dignas de moradias para a maioria da população brasileira.

Para o Movimento Negro, esse debate reivindicativo é antigo; atentos à inserção social, econômica e política do negro na sociedade brasileira, sempre denunciaram com veemência a desigualdade racial entranhada no tecido da sociedade brasileira desde os primórdios da escravidão; contrariando o discurso de passividade e aceitação atribuído aos negros pelos seus opressores.

A educação sempre em voga na pauta do Movimento Negro como instrumento de conscientização das populações negras de seus direitos à cidadania plena; visa a real integração do negro na sociedade em prol da igualdade racial, bem como o resgate de sua identidade por meio da história, cultura e valores de seus ancestrais para que os mesmos se sintam fortalecidos e confiantes para reivindicar seus próprios direitos

Os recentes estudos no campo da educação e das relações étnico-raciais revelam que o racismo no espaço escolar opera sob mecanismos sutis de forma implícita ou não e trazer à tona discussões sobre os desafios impostos à educação escolar frente às questões étnico-raciais tem suscitado grande interesse em estudiosos e pesquisadores em torno do combate ao racismo na escola e na sociedade brasileira.

Nesse sentido muito desses pesquisadores (as) negros (as) a partir de suas próprias vivências tem trazido à luz das discussões importantes contribuições para fortalecer os debates sobre os conflitos e tensões raciais tão presente no campo educacional. Gomes, expressa essa contribuição:

Dentre os pesquisadores e pesquisadoras que inauguram essa nova fase na produção de um conhecimento articulado às suas vivências nos (e com) os movimentos sociais alguns passaram a ocupar lugar de destaque no cenário acadêmico local e nacional, nas associações de pesquisas, na formação de professores e em órgão de gestão. A educação talvez seja o campo em que tal inserção se fez mais presente e visível. Tais pesquisadores se configuram não só como pesquisadores que atuam no meio acadêmico. Eles produzem conhecimento e localizam-se no campo científico. São intelectuais, mas outro tipo de intelectual, pois produzem um conhecimento que tem como objetivo dar visibilidade a subjetividades, desigualdades, silenciamentos e

omissões em relação a determinados grupos sociorraciais e suas vivências. Para tal configura-se como um coletivo, organiza-se e criam associações científicas a fim de mapear, problematizar, analisar e produzir conhecimento. É aqui que localizam os intelectuais negros. (GOMES, 2013, p. 44).

Em face de reflexão crítica, política e social de pesquisadores (as) preocupados (as) com a situação de desigualdade racial tão marcante na sociedade brasileira; aliada à uma educação ainda bastante eurocêntrica; Silva (2005), grande pesquisadora do livro didático afere que os mecanismos de invisibilização e contenção do diferente, perpassa pelos “materiais pedagógicos e especificamente pelo livro didático” que por décadas imprimiu a imagem do negro pela “estereotipia e caricatura” e ressalta:

A invisibilidade e o recalque dos valores históricos de um povo, bem como a inferiorização dos seus atributos adscritivos, através de estereótipos, conduz esse povo, na maioria das vezes, a desenvolver comportamentos de auto rejeição, resultando em rejeição e negação de seus valores culturais e em preferência pela estética e valores culturais dos grupos sociais valorizados nas representações. (SILVA, 2005, p.22).

Na escola é possível observar a existência desse ritual pedagógico que vem reproduzindo a prática secular de exclusão e silenciamento da representação negra em seu currículo, não contemplando de forma digna a história, a luta e contribuição do povo negro na formação do povo brasileiro. Concomitantemente, o silêncio dos professores frente às situações de discriminação racial presente em atitudes e comportamentos rotineiros no espaço escolar corrobora para a invisibilidade da criança negra, comprometendo o seu desempenho escolar e consequentemente com a construção de sua identidade.

Por outro lado, as crianças não negras, também são vítimas dessa prática homogeneizadora por se sentirem superiores, e desse modo, diretamente ou indiretamente são estimuladas a reprodução das práticas racistas, contribuindo para que as relações étnicas vivenciadas nesse espaço se tornem cada vez mais tensas.

Fazzi (2004), em sua pesquisa realizada em duas escolas públicas de Belo Horizonte, observando crianças das séries iniciais do ensino fundamental em situações econômicas distintas, teve como objetivo principal entender a percepção das crianças em torno das relações raciais no cotidiano escolar, isto é, como se manifesta o preconceito racial entre elas e qual é o seu efeito nas relações entre pares.

Deste modo, foi aproximando das crianças sutilmente, observando seu comportamento na sala de aula, recreio e nas aulas de Educação Física. A pesquisa pautou-se em entrevista individual

dirigida e conversas espontâneas com pequenos grupos de crianças. De materialidade pedagógica foi utilizado sete bonecos e bonecas de duas cores diferentes; imagens de personagens negros e brancos e cartões escritos com atributos positivos e negativos, objetivando através de situações sociais formuladas, introduzir o tema racial

O resultado da pesquisa é preocupante e revela a necessidade de um olhar mais amplo. A escola rever seus valores, posturas e saberes na perspectiva da diversidade étnico-racial. A maioria das crianças entrevistadas afirmou não desejar ser “preta/negra”, devido aos constantes xingamentos e comportamentos adversos às pessoas negras – “preto é feio”, “ladrão é preto”, “preto parece diabo”; bem como, evitaram os termos “preta/negra”, auto classificando como marrom/marrom escuro e morena (o), considerando a cor “preta” feia e o termo negro com um “xingamento”.

De acordo com Fazzi (2004, p.218), o drama está na “negatividade associada à categoria preto/negro, que expõe as crianças nela classificadas a um permanente ritual de inferiorização, em que são especialmente atingidas por gozações e xingamentos”. O estudo aponta que as atitudes e comportamentos de cunho racista geralmente é praticado com grande frequência pelas crianças nos momentos tensos de brigas e desentendimentos, se fazendo valer de estereótipos relativos a aparência.

Quando era criança, vivenciei na pele essa faceta cruel do racismo. Na sala de aula entre olhares e cochichos e no momento do recreio a verbalização de xingamentos e agressões físicas eram constantes entre as crianças e o motivo em geral visava a “estética” – cabelo de Bombril, petróleo, Saci Pererê, semente de bucha, Negrinho do Pastoreiro, chita do Tarzan, dentre outros. E o que é pior, o silêncio das professoras que apartavam as brigas e não procuravam conhecer a origem das discussões.

A cor da pele e o cabelo são elementos determinantes da diferenciação racial e os mais envolvidos nas manifestações do preconceito racial entre as crianças. Este comportamento deve-se a apreensão de valores sociais ideológicos presentes em nossa sociedade e que é muito prejudicial a construção da identidade étnico-racial para as crianças.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, as práticas preconceituosas estão sendo reveladas precocemente, quanto mais cedo introduzir a cultura negra, maior será a oportunidade de se

construir a identidade cultural do indivíduo e deixa-lo fortalecido para o enfrentamento e superação de atitudes discriminatórias futuras.

Nesse aspecto, podemos ressaltar a contribuição de Fazzi (2004, p.218), no que se concerne à responsabilidade da escola – espaço privilegiado para a socialização - na formação e desenvolvimento da criança, ser importante pensar “uma política eficaz contra o preconceito a partir dos 3 anos de idade uma vez que o pensamento racial está ainda em elaboração”.

Cavalleiro (2003), também investigou o preconceito na infância com crianças de 4 a 6 anos de idade da Educação Infantil, através da relação professor/aluno e aluno/professor. Seu foco de análise pautou-se nas atitudes e comportamentos das professoras no interior da escola, bem como da influência da mesma na reprodução do preconceito racial em seus domínios impossibilitando que a criança negra construa uma imagem positiva de si mesma

A pesquisadora revela que “a escola tem mostrado omissa quanto ao dever de reconhecer positivamente a criança negra, no cotidiano, o que converge para o afastamento dela do quadro educacional”. Cavalleiro (2003, p.101). Essa omissão deve-se ao discurso ideológico que nega a existência da desigualdade racial na sociedade brasileira, impondo outro discurso ideológico de igualdade de oportunidade e tratamento a todos e todas.

A pesquisa identificou atitudes preconceituosas entre as crianças nos momentos de brincadeiras livres, quando algo era disputado entre elas as crianças negras recebiam xingamentos como “neguinha, fedorenta, carvão, preta fedida”. Por outro, na maioria das vezes as crianças negras não ofereciam reação, isolando ou buscando aproximação de outras crianças

Em relação as professoras, a pesquisadora também apontou atitudes e comportamentos preconceituosos no trato diferenciado para com as crianças negras. Para a criança negra o tratamento afetivo recebido é sempre menos ou quase nada em elogios, toque e atenção e quando são agredidas verbalmente as professoras demonstraram despreparadas ou mesmo desinteressadas em dar a devida atenção aos fatos.

Assim, embora a escola venha se configurando como espaço reprodutor de práticas discriminatórias é importante ressaltar as reflexões de Gomes:

A escola, enquanto instituição social responsável pela organização, transmissão e socialização do conhecimento e da cultura, revela-se como um dos espaços em que as representações negativas sobre o negro são difundidas. E por isso mesmo ela também é um importante local onde estas podem ser superadas. (Gomes, 2003, p.77).

Destarte, a indicação de um caminho que leve a compreender a necessidade de mudança, inovação e qualidade na educação visando o acolhimento de milhares de “crianças invisíveis” pelo sistema educacional vigente, consideramos de fundamental importância a formação permanente de professores (as) e engajamento dos mesmos (as) em viabilizar ações afirmativas de implementação da lei 10.639/03; bem como contribuir para com os estudos étnicos-raciais e garantir a representatividade positiva do alunado negro no cotidiano escolar.

4.2 A LEI 10.639/03 E A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Analisando a Legislação Federal o discurso contra quaisquer formas de discriminação e preconceito está presente na Constituição Federal de 1988, precisamente nos artigos:

- Artigo 3º, inciso IV, garantindo a promoção do bem de todos sem preconceito e discriminação de origem, cor, raça, credo, idade e gênero;
- Artigo 5º, inciso XLII, a prática do racismo é vista como crime inafiançável e imprescritível;
- Artigo 215, inciso I, trata das manifestações culturais.

O enfoque também pode ser observado nos Decretos e Leis:

- Decreto 1.904/96 dos Direitos Humanos que assegura a presença histórica das lutas dos povos negros na formação do País;
- Decreto 4.228/02 institui o Programa Nacional de Ações Afirmativas;
- Decreto 4.887/03 regulamenta as terras ocupadas por remanescentes de quilombolas;
- Leis 8.081/90, 9.459/97 e 7.716/99 que regulamenta como crime e estabelecem as penas aplicáveis em casos de preconceitos e discriminação relativa dentre outros, raça, cor, religião, etnia e origem.

A Lei 10.639/03, fruto do esforço dos intelectuais do Movimento Negro Brasileiro que luta por uma educação antirracista e pluriétnica, nasceu da expectativa de desmistificar a não existência do racismo tão presente na educação brasileira, por meio de políticas públicas de afirmação e reconhecimento do negro na formação do povo brasileiro e sua contribuição nos aspectos socioeconômicos, político e cultural do país. Nesta perspectiva a Lei 10.639/03:

Altera a Lei 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e da outras providências. (BRASIL,2003)

Essa lei traduz em reposta às incessantes reivindicações do Movimento Negro Brasileiro que em sua agenda, dentre outras questões, sempre denunciou a imagem negativa e distorcida da África e dos negros nos livros didáticos e a supremacia da cultura branca em detrimento de outras culturas; exigindo do Poder Público, ações afirmativas das Políticas Públicas com o objetivo de reconhecer as injustiças cometidas aos negros ao longo de séculos e a introjeção da democracia racial construída por um imaginário brasileiro que através de práticas discursivas politicamente orientadas produzem discursos de estereótipos negativos.

Nesse contexto, alguns termos e conceitos muito presentes nos debates sobre relações étnico-raciais e também recorrentes nas discussões de Fazzi (2004) e Cavalleiro (2003), merecem nesse estudo uma reflexão conceitual. E para elucidá-los buscamos a contribuição de Gomes (2005), para a conclusão de alguns conceitos, em especial sobre os termos racismo, discriminação racial e preconceito racial.

Afinal, o que é exatamente o racismo? O racismo pode ser definido como um comportamento perverso que resulta em atitudes de aversão, ódio e intolerância em relação ao diferente. Ele se alimenta da falsa crença da existência de raças superiores e inferiores, e desse modo promove a separação de determinado segmento humano por meio de suas características fenotípicas.

O racismo é também uma questão complexa que merece toda uma atenção especial em função de suas artimanhas e de seu caráter multifacetado, que segundo Gomes, alguns pesquisadores estudiosos da questão racial, afirmam ser o racismo um “comportamento social presente na história da humanidade, que se manifesta em diferentes formas, contextos e sociedade”. Gomes (2005, p.53).

Pode-se revelar de forma individual por meio de práticas discriminatórias de um indivíduo contra outro e institucional, através de discursos ideológicos e práticas discriminatórias politicamente orientadas. Fatos que comprovam essa armadilha do racismo estão presentes na desigualdade social que se encontra a maioria da população negra, a invisibilidade representativa na mídia e sua imagem e história distorcida nos livros didáticos.

A discriminação racial é o racismo colocado em prática. Assim como o racismo a discriminação racial também se revela em duas maneiras: direta e indireta. A primeira deriva de atos concretos de discriminação, ou seja, o indivíduo é excluído em razão de sua cor. Já a segunda, a forma indireta é muito sutil e perversa, pois tem origem nas práticas administrativas, empresariais e até mesmo nas políticas públicas que aparentam “politicamente corretas”, mas na verdade praticam políticas de exclusão.

Em relação ao preconceito racial, consiste em um julgamento negativo e prévio contra pessoas, religiões e etnias. Trata-se de uma opinião prematuramente formada sem maiores conhecimentos sobre um fato ou a respeito de uma pessoa. Para o preconceituoso não existe o outro lado da moeda, ele simplesmente se fecha em suas próprias opiniões e convicções. Na

realidade a maioria não se assume enquanto uma pessoa preconceituosa. Gomes (2005), salienta que “o preconceito como atitude não é inato, ele é apreendido socialmente”. A desigualdade racial tão marcante no Brasil revela por si a existência do preconceito racial enraizado em nossa sociedade.

Passados mais de uma década da promulgação da Lei 10.639/03 e da instituição das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, observa-se que apesar dos esforços empenhados pelo Movimento Negro e pela intervenção do poder público em fazer cumprir as determinações da lei, muito se tem por fazer para a lei sair do papel e tornar-se realidade no dia a dia da sala de aula.

A Lei é clara e objetiva ao definir sua prática obrigatória no espaço escolar. O que torna a Lei 10.639/03 obrigatória nesse momento da história perpassa pelo currículo. É imperativo romper com os rituais pedagógicos desconectado da realidade, pensados para diferenciar, rotular, dividir e separar. Com isso, torna-se indispensável que o currículo escolar esteja isento de ideologias racistas e de intolerâncias. Desse modo, é imprescindível trazer para o debate as questões raciais para o combate a todas as formas de discriminação e preconceito racial no espaço escolar.

Os debates internacionais têm contribuído para com as discussões, objetivando o combate ao racismo, a xenofobia e formas correlatas de preconceito e discriminação, como ocorreu na conferência de Durban, onde os países participantes assinaram o acordo e compromisso, inclusive o Brasil, em lutar contra o racismo, promovendo o respeito aos direitos humanos e a garantia de acesso à educação de qualidade para todos (as).

Vale ressaltar, que estamos no início da “Década Internacional dos Afrodescendentes”, (2015-2024); proclamada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, através da Resolução nº 68/237, de 23 de dezembro de 2013. O objetivo principal visa promover o respeito e a proteção dos direitos humanos e liberdades fundamentais dos afrodescendentes, visibilizando a importância de suas contribuições para com o desenvolvimento das sociedades.

É sem dúvida um momento importante para que a educação brasileira esteja atenta às discussões nacionais e internacionais e trazer para o seu interior as questões que envolva as

relações raciais para a reeducação de brancos e não brancos. É possível afirmar que esse é o principal objetivo da Lei 10.639/03, promover e assegurar o respeito e o reconhecimento da diversidade étnica e cultural na formação da sociedade brasileira para que possamos ter de fato uma verdadeira democracia racial.

5. ANÁLISE DAS REFLEXÕES EM TORNO DA LEI 10.639/03

5.1 PERFIL DAS PROFESSORAS ENTREVISTADAS

Analisando primeiramente o quesito cor – auto declaração – das entrevistadas, a pesquisa revelou seis pardas, duas negras, duas brancas. Todavia uma das entrevistadas deixou o espaço em branco. Não se sabe se foi por distração ou por se tratar de auto declaração, reservou-se o direito de não declarar.

Quanto ao nível de atuação na área educacional a pesquisa apontou que nove das professoras trabalham na educação infantil e apenas uma na educação infantil e ensino fundamental; com tempo de docência variando entre dez a trinta anos de pleno exercício.

Em relação ao nível de escolaridade nove das entrevistadas possuem o curso superior, sendo três com pós-graduação e uma o segundo grau/magistério. A idade das entrevistadas variou entre trinta e cinquenta e um ano e o quesito gênero indicou 100% feminino.

Observa-se que em relação ao nível de escolaridade exigido nos editais dos concursos para educação infantil³ – 2º grau/magistério – a pesquisa mostra um elevado número de profissionais mudando significativamente este quadro. Outro dado que chama a atenção é o fato pelo qual a maioria atua especificamente na educação infantil e o espaço que continua sendo ocupado maciçamente por mulheres.

5.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA UMEI SILVA LOBO

A UMEI Silva Lobo iniciou suas atividades em 2011. No que se refere ao seu Projeto Político Pedagógico, perguntou-se a respeito de sua existência, tempo e processo de construção. Em relação a sua existência, sete das entrevistadas afirmaram que “sim”, justificando que o mesmo está em “processo de construção”. Outras duas disseram apenas que “sim”; entretanto uma das entrevistadas considerou que “não”, pontuando que o Projeto Político Pedagógico da escola está no “início de seu processo”.

Quanto ao tempo de construção do Projeto Político Pedagógico, seis das entrevistadas não responderam a este item e três dataram “desde 2013”. Por outro lado, uma das entrevistadas, afirmou que a escola trabalha com um Projeto Político Pedagógico Provisório e completou

³ Habilitação exigida: Curso de nível médio completo na modalidade normal.

que o mesmo foi construído pela gestão da escola “o documento provisório foi construído pela direção e coordenação; trata-se de uma proposta diferente da encontrada em Belo Horizonte com base em uma experiência italiana”.

Questionado a direção e coordenação sobre a existência desse documento provisório, ficou esclarecido que se trata de um regimento com algumas normas e organizações para funcionamento da UMEI Silva Lobo para o ano de 2013; disponibilizado para as famílias e professoras. E quanto à proposta diferenciada, discorre sobre o projeto institucional – salas ateliês/ experiência italiana - idealizado pela coordenadora da escola, envolvendo apenas as turmas de crianças de três a cinco anos.

Ainda sobre o seu processo de construção, além da contribuição acima citada, outra observação relevante foi verbalizada por outra entrevistada mencionando que “nas atividades de construção a coordenadora distribuiu alguns cartões para o grupo escrever”.

Na realidade teve um momento que foram distribuídos cartões para descrever sua concepção acerca da educação infantil e em outro momento – não mencionado por nenhuma das entrevistadas – um encontro pedagógico para estudo das Proposições Curriculares para a Educação Infantil⁴, onde refletimos sobre “Quem é essa criança de zero a dois anos e de três a cinco anos” e depois um novo encontro para o debate com o coletivo.

No que se concerne ao eixo central do Projeto político Pedagógico, cinco das entrevistadas não responderam a essa questão; entretanto a criança como eixo central do Projeto Político Pedagógico da escola foi mencionada por três das entrevistadas, “ser a criança”, “a criança em sua formação como um todo” e “a criança e dessa forma abordando a diversidade”; e duas destoando dessa concepção, responderam de forma mais abrangente das demais apontando como o eixo central “a educação infantil”.

5.3 O DISCURSO DAS PROFESSORAS EM TORNO DA LEI 10.639/03

⁴ Volume 1 – Concepções e diretrizes da Política Municipal de Educação Infantil

Sobre as questões que discorre à cerca da Lei 10.639/03, a pesquisa revelou a necessidade de conhecimento da lei 10.639/03; olhar crítico e comprometido para o reconhecimento e valorização das diferenças e a promoção de espaços permanentes de formação e reflexão das práticas pedagógicas que visam responder as perspectivas e desafios que emanam da sociedade. Nesse sentido optei por transcrever na íntegra as respostas das entrevistadas para melhor entendimento e aproveitamento dos relatos.

Iniciando as questões sobre a Lei 10.639/03, foi pedido para identificar e descrever as percepções elaboradas pelos (as) professores (as) quanto à institucionalização e obrigatoriedade de inserção da História da África e Cultura Afro-Brasileira no Currículo Escolar.

Das dez entrevistadas, cinco justificaram a impossibilidade de análise da questão por falta de abordagem da temática na pauta de discussão da escola: “o termo ainda não foi amplamente discutido na UMEI”, duas das entrevistadas: “a temática não foi colocada em questão” e mais três “este assunto não foi abordado na escola”. Observa-se que o entendimento da pergunta ficou em torno do currículo da escola de atuação das entrevistadas.

As demais apresentaram um discurso diferenciado em relação as justificativas anteriores, inclusive, uma delas revelou: “que apesar de tema não ter sido abordado na escola, nas discussões não sofre resistências”. No entanto, uma das entrevistadas foi mais além, reconhecendo a necessidade de a lei ser obrigatória no currículo escolar: “A questão da obrigatoriedade é necessária, pois como sabemos, no nosso país se não houver um comprometimento verdadeiro, as leis não se cumprem, ficam só no papel. Sendo obrigatório já corremos grandes riscos de não acontecer de fato a inserção. Então entre ser opcional e obrigatório, a segunda opção é muito mais necessária”.

Nesse contexto, vale lembrar que a obrigatoriedade da Lei 10.639/03, não surgiu do acaso. Ela é fruto de muita luta e reivindicações do Movimento Negro aguerrido por uma educação antirracista e levou décadas para ser implantada no currículo escolar. O cumprimento e o sucesso de sua devida efetivação passam muito pelas mãos das professoras e professores para que a luta desses intelectuais negros e também não negros, não se torne em vão e a lei não caia no desuso para o bem de toda a sociedade brasileira.

Outra entrevistada apontou que “na educação infantil a História da África e Cultura Afro-Brasileira são contempladas através da literatura, da valorização das diferenças e das atividades relacionadas ao folclore, à dança e a música que são heranças dos africanos que participaram da formação cultural do país”

Embora essa análise demonstre algumas ações que contribuem para a promoção da igualdade étnico-racial no espaço escolar, faz-se necessário que as professoras e professores, tenham um entendimento mais aprofundado dos estudos étnico-raciais para não transformar a temática em conteúdo folclorizado e informações idealizadas e superficiais.

No que tange a percepção sobre a receptividade das professoras no que se refere à inclusão da História da África e Cultura Afro-Brasileira no Currículo Escolar, pode-se dizer que as interpretações do enunciado ficaram restritas ao campo curricular da própria escola; exceto na primeira resposta, onde o sentido parece mais amplo “Pelo o que estamos conversando, ela se faz urgente. Que todo o seu processo seja sério, comprometido e que a conscientização e humanização de todos os envolvidos sejam verdadeiras”.

As demais respostas invariavelmente afirmam não haver inclusão da temática no currículo escolar pelo fato da inexistência de oportunidade de discussão sobre o tema, justificando que: “algumas coisas são trabalhadas”; “aspectos não abordados de maneira formal, mas na valorização dos aspectos culturais”; “indiretamente abordamos alguns tópicos”; como também há indagações nas respostas, relacionando a “falta de interesse” à “falta de compreensão com: O que fazer? Como fazer? Porque fazer? De um modo geral é possível perceber no contexto das respostas ausência total de informação e preocupação com as questões étnico-raciais no espaço escolar.

No que se refere à operacionalização concreta da Lei 10.639/03, nas práticas da sala de aula, oito das entrevistadas afirmaram “não haver” movimento de inclusão da temática em sala de aula, duas disseram “em termos” e apenas cinco justificaram suas respostas. Quanto as justificativas, é possível concluir que há diferentes posicionamentos em face a questão; por exemplo, em uma resposta há o registro da inexistência de um “movimento institucional” em relação à aplicação da Lei 10.639/03, muito embora, duas professoras demonstram “apenas preocupação”.

A menção ao respeito à diversidade é citada em uma das justificativas “na sala de aula as crianças são respeitadas...”, mas, acrescenta, “e reconhecendo a idade e maturidade das crianças algumas histórias infantis que abordam a temática são apresentadas às crianças” e uma outra demonstra incerteza: “no Projeto Político Pedagógico deverá ser incluído”.

Em outra, há um equívoco de interpretação em torno dos debates étnico-raciais: “nossa escola é de ensino infantil e a lei torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-Brasileira no ensino fundamental e médio”; não obstante, a Lei 10.639/03, menciona o ensino fundamental e médio, porém a Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte⁵ incluiu em seu contexto a temática desde 1990.

Reitero ainda, o documento das Proposições Curriculares para a Educação Infantil que menciona as leis 10.639/03 e 11.645/08 e conclui que em 2009, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil estabelecem nas propostas pedagógicas a materialidade, organização de tempos e espaços propícios para reconhecimento, valorização e respeito à cultura e história africana e afro-brasileira; tal como o combate ao racismo e discriminação. PCEI (2013, p.51).

Em complemento à questão acima, procurou-se saber em caso afirmativo, se as ações desenvolvidas contemplaram os princípios norteadores da Lei 10.639/03. Observa-se entre as duas respostas apresentadas a existência de opiniões divergentes. A primeira afirma que “não”, justificando que, “seria necessário mais intervenções e formação dos professores para acontecer um trabalho mais eficaz e significativo para os alunos e comunidade escolar”. Todavia, a segunda resposta, diz totalmente o contrário, considerando que “a lei é contemplada nas práticas da rotina diária das crianças”.

Dentre as respostas formuladas para explicar as ações desenvolvidas para viabilizar a implementação da Lei 10.639/03 no cotidiano das práticas pedagógicas a primeira resposta dada foi: “busca por conhecimento” - parafraseando Paulo Freire⁶, buscar conhecer o que ainda não se conhece e que agora está à nossa disposição para o benefício de nossas gerações futuras - torna-se premente, mediante ao atual cenário que descortina, exigindo de seus atores escolares capacidade em promover transformações.

⁵ Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte/MG, promulgada em 21/03/1990.

⁶ Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa, (1996, p.29).

Além do mais, pode-se observar em outras respostas pequenas ações descomprometidas com a Lei 10.639/03, no momento que se faz necessário um engajamento consciente e responsável de todos os envolvidos no processo educacional nas atividades de rotina do espaço escolar tais como: “são feitas algumas intervenções quando surgem questões ligadas à etnia e raça”; “ações tímidas por iniciativa de alguns professores”; “não tenho informação sobre o decreto, mas trabalho o respeito a todos”.

E prossegue: “trabalhamos o respeito diário, indiferente de como cada um é”; “a convivência diária e rodas de bate papo permitem socialização e valorização da diversidade”; “trabalho com literatura, roda de conversa e conhecimento de outras culturas”; porém, sem a rigidez de perpassar pelas questões étnico-raciais como determina a Lei 10.639/03 e resoluções complementares.

Dadas as respostas que apontam os aspectos favoráveis e desfavoráveis em relação à promoção da igualdade étnico-racial na escola o que se pode observar pauta-se por um trabalho voltado para atividades e momentos importantes de socialização das crianças como possibilidades de entendimento que contemplem as questões raciais. Como exemplos, as ações de socialização citadas pela maioria, enfatizando as “rodas de conversas” e “rodona - encontro e socialização das turmas”.

Todavia, outras percepções diferentes desnudam outra realidade, mostra-se a necessidade em rever as práticas pedagógicas: “Por enquanto estamos só no desejo. O trabalho precisa acontecer para maior despertar de todo o contexto”; e mais “existem na escola objetos que nos permitem trabalhar sutilmente”, diante dessas respostas é notória a inexistência de ações intencionais e por consequência o desenvolvimento de projetos perpassando com responsabilidade as questões étnico-raciais.

De um modo geral, confirmando a ausência de ações intencionais, orientadas para a educação das relações étnico raciais e culturais, a falta de discussões e de literaturas específicas concernente aos estudos étnicos foram apontados quase por unanimidade, exceto, por uma afirmativa que apontou ser a “proposta diferente”⁷ da escola, inclusive a indagação “o que fazer na educação infantil”, desorienta o professor, deixando-o inseguro, desconfiado e confuso.

⁷ Pedagogia dos ateliês: já comentada na página 15

No que tange a “proposta diferente”, trata-se de uma prática pedagógica exclusiva da UMEI Silva Lobo – organização por salas ateliês - que difere da proposta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.

A melhoria na educação passa por diversos aspectos, dentre eles está no que a escola deve e pode oferecer. Nesse sentido em relação à materialidade didática presente em seu acervo bibliotecário referente à diversidade racial e cultural entre as pessoas; em duas das respostas observa-se certa incoerência quanto à existência ou não desse material.

A primeira afirma: “se existe, não tive acesso. Temos materiais muito bons que se referem às diferenças raciais e culturais, porém não específicos”. A segunda endossa: “se existe, não tivemos acesso. Temos materiais ótimos, porém não são específicos” e a mesma finaliza “existem alguns”.

Posto que, uma das entrevistadas afirmou categoricamente “não existem” na escola material didático em torno das relações étnico raciais. Entre o “não” e o “se existe”, aparece a justificativa “alguns poucos nos cantinhos de leitura”; bem como a afirmativa “temos livros didáticos”, sem especificar se os mesmos estão dentro da temática e menção ao “acesso à internet”.

De um modo geral, é possível perceber que o acervo de material pedagógico referente à temática é precário na escola; visto que os mesmos se encontram na biblioteca da Escola Municipal Magalhães Drumond – Escola Polo da UMEI Silva Lobo – à disposição das professoras para empréstimos e pesquisa.

Assim como os materiais didáticos os livros infanto-juvenis que abordam a temática étnico racial e cultural também se encontram precário no acervo bibliotecário da UMEI Silva Lobo, como mostra algumas das respostas: “aparentemente não, mas acredito que a pedagogia da diversidade ainda vai acontecer nessa escola” e outra que aponta o livro fantoche “Nossa Família” e acrescenta: “há outros poucos livros sobre diversidade no geral”.

Entretanto analisando as outras respostas, percebe-se que várias delas ultrapassaram o espaço da escola, informando outras vivências e situações tais como: “conheço muitos, como estou recém-chegada à escola, não conheço o acervo desta”; “nessa não me lembro de ter visto, mas conheço alguns livros e filmes”. Os livros mencionados “Menina Bonita do Laço de Fita, Todo Mundo é Diferente e Somos Diferente”; não estão disponíveis na UMEI Silva Lobo,

mas podem ser encontrados na biblioteca da Escola Pólo – Escola Municipal Magalhães Drumond.

A exibição e leitura analítica de bons filmes na escola – os curtas - é uma ferramenta pedagógica muito útil e interessante que auxilia e enriquece a prática pedagógica em sala de aula. A questão efetuada sobre a existência de filmes que abordam a diversidade racial e cultural na escola; apenas a metade das entrevistadas opinou a respeito.

De acordo com as respostas elaboradas, é do consenso da maioria a inexistência desse material. Apenas um desenho, “Charlie e Lola” foi lembrado e na sequência da resposta a professora reconhece que apesar de ser “interessante” o trabalho com filmes “ainda não tive essa iniciativa”. Uma outra revela não lembrar de existência de filmes na escola e complementa “não tive curiosidade, oportunidade de olhar”.

Cabe ressaltar, que em maio de 2014, aconteceu o seminário “A Cor da Cultura”, realizado na Secretaria Municipal de Educação. Somente quatro professoras da UMEI Silva Lobo manifestaram interesse em participar, dentre essas eu e a professora Katia – dupla referência na Turma Amarela. No dia do evento as outras duas professoras não compareceram.

A Cor da Cultura é projeto educativo de valorização e reconhecimento do patrimônio cultural afro-brasileiro e da História e contribuição da população negra à sociedade brasileira. Fruto de uma parceria entre o Canal Futura, a Petrobrás, o CIDAN (Centro de Informação e Documentação do Artista Negro), a Rede Globo de Televisão e a SEPPIR (Secretaria Especial de Políticas de Promoção a Igualdade Racial).

O projeto iniciou-se em 2004, contribuindo com uma série de práticas positivas – produtos audiovisuais, materiais paradidáticos, séries televisivas, oficinas presenciais para formação de educadores e ações culturais e coletivas – visando à valorização da nossa história, sob um ponto de vista afirmativo.

5.4 REFLEXÕES, CRÍTICAS E PROPOSTAS

Vivemos hoje a necessidade de uma mudança de mentalidade premente, em face de práticas hegemônicas tendenciosas que ignoram outras etnias e culturas. Esta tem sido a principal preocupação do Movimento Negro em combater e denunciar essas práticas, ao lado, é claro da luta pela implementação de políticas públicas por uma educação antirracista.

No campo das reflexões o resultado da pesquisa traz um discurso que perpassa pela necessidade de atentar para o estudo do continente africano que por muitos séculos foi excluído do currículo escolar brasileiro, “Sinto-me totalmente despreparada e inapta para as ações sobre a educação das relações étnico-raciais no espaço escolar”, nessa afirmativa é possível observar a lacuna intelectual existente na educação brasileira e por consequência essa cegueira intelectual reflete até os dias atuais em desafios na formação de professores (as).

A falta de conhecimento e incapacidade em lidar com as questões étnico-raciais revela que a negação à importância de conhecer o continente africano, bem como a contribuição dos povos africanos e seus descendentes na formação do povo brasileiro deixou a educação brasileira com um atraso imensurável e obviamente com o grande desafio em dissolver a ignorância que se tem desse continente.

Como também é observada em outra resposta a presença do discurso da “democracia racial”, ainda tão impregnado no imaginário da sociedade brasileira, quando: “acredito que a consolidação da lei na educação infantil deve-se à forma respeitosa de lidar com as diferenças étnico-raciais e culturais”, entende-se que nessa narrativa as relações são percebidas de forma natural e pacífica, quando as mesmas acontecem sob tensão e conflitos e passam despercebidas pela maioria dos atores educacionais.

No campo da crítica, o discurso no geral ganhou um tom mais aguerrido. As afirmativas dadas a essas questões sinalizaram para o “engajamento”, percebidas nas afirmativas: “boa vontade e interesse também é preciso”; “os professores precisam ter conhecimento, não visando incluir nas propostas somente, mas aplicá-las nas intervenções e atitudes que sirvam de exemplos para as crianças” e, “que a lei fosse colocada em prática e que houvesse interesse de todos. É uma vergonha não abordarmos, pra ontem, o que é prioridade”.

No campo das propostas o que se propôs como sugestões para viabilizar a abordagem da diversidade racial e cultural entre as pessoas as professoras apontaram a necessidade de:

“aquisição de livros que abordem a temática”; “parceria/escola com grupos que valorizam a cultura negra e trazer essas experiências para os ateliês”; investigar essas questões em escolas que já possuem o Projeto Político Pedagógico”; “convidar profissional para dar formação aos professores sobre o tema”; “a escola pode promover também eventos culturais com expressão da arte de descendência africana como percussão, rodas de capoeira e danças africanas”.

A seguir, apresento a análise em torno do discurso das famílias entrevistadas, construído a partir das reflexões sobre as relações étnico-raciais entre as pessoas.

5.5 O DISCURSO DAS FAMÍLIAS EM TORNO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

A favor do conhecimento e uma educação antirracista, cada família da turma amarela recebeu um questionário, contendo cinco questões referentes à educação étnico-racial entre as pessoas. Dos catorze questionários enviados, doze foram respondidos e devolvidos.

A turma amarela é um grupo bem heterogêneo, composto por oito meninas e seis meninos na faixa etária de um a dois anos de idade; sendo cinco pardas, quatro morenas, duas brancas e uma negra – auto declarado no questionário pelas famílias. O convívio iniciou-se no berçário no ano de 2013; com doze crianças e no ano seguinte; já na Turma Amarela, o ingresso de mais duas crianças ao grupo.

No que se refere ao quesito cor, este mesmo levantamento foi realizado na escola com 313 crianças com idade de zero a cinco anos e oito meses; no turno manhã/tarde e integral – auto declarado pela família no ato da matrícula. Os dados coletados apontaram que na UMEI Silva Lobo tem: 145 crianças pardas, 127 crianças brancas, 28 crianças negras, 01 criança indígena, 01 criança amarela e 11 não declararam.

Analisando esses dados é possível afirmar que cada vez mais a escola está posta ao desafio em repensar sua postura, seus valores e saberes perpassados pelo currículo, numa perspectiva que contemple a heterogeneidade étnico-racial e cultural da sociedade brasileira.

Nesse contexto, as duas questões que se sucedem buscaram investigar a percepção das famílias sobre a existência do racismo no Brasil e no espaço escolar. Foi unânime o “sim” das famílias, e que pode ser interpretado como reconhecimento do Brasil ser infelizmente um país racista, como pode observar nas respostas justificadas de quatro das famílias: “infelizmente existe”; “claro que sim, desde comentários corriqueiros como “a coisa tá preta”, até atitudes violentas. O racismo ocorre em todo o país”; “sim e muito”; e “sim! E não apenas racial, mas cultural, socioeconômico, físico, etc.”.

Embora essa pequena amostra demonstre o reconhecimento da presença do racismo entrelaçado no tecido social brasileiro, para os estudos étnico-raciais, o mito da Democracia Racial – discurso em que a sociedade é vista como “sociedade pacífica”, longe de tensões raciais - ainda presente na sociedade brasileira, constitui como um dos grandes entraves para uma educação antirracista,

Como podemos observar, quando a escola foi colocada em questão, as famílias não demonstraram a mesma segurança em relação à existência do racismo no Brasil. Nesse sentido, a resposta “sim” para a existência do racismo no espaço escolar foi apontada por sete famílias e apenas duas teceram seus comentários “também tem”, “sim, a escola está inserida na sociedade e reflete os valores desta, para o bem e para o mal”; ambas coerentes com a resposta anterior.

A incerteza também se faz presente em três respostas como: “acho que não”; “eu acho que existe o racismo em todos os lugares e o preconceito também”; e “acredito que muito pouco. A escola é um lugar onde a cor não importa; agora por parte de alunos acredito que haja um pouco mais”; e outras duas famílias que finalizam a questão com um “não” existe racismo no espaço escolar.

É importante refletir acerca de certa discordância no conjunto das respostas referente à questão primeira e segunda, pois, elas sugerem a necessidade de tanto as famílias quanto as (os) professoras (es), aprenderem a reconhecer a discriminação e o preconceito implícitos no ambiente escolar e se conscientizarem de seu próprio racismo e assumirem a sua desinformação e desconhecimento sobre a diversidades históricas, culturais e étnico-raciais.

Logo, essas reflexões são importantes para demonstrar a força com que a ideologia dominante em nossa sociedade faz com que as facetas do racismo que sutilmente ronda os espaços escolares pareçam naturais encobrendo de forma intencional ou não práticas racistas. Cavalleiro (2003, p.98) enfatiza em seus estudos que “o silêncio que atravessa os conflitos étnicos na sociedade é o mesmo que sustenta o preconceito e a discriminação no interior da escola”, nesse sentido fica cada vez mais evidente a necessidade da escola trazer para a sua pauta o debate sobre as relações étnico-raciais e criar mecanismos eficazes para superá-los.

Nessa perspectiva, a questão terceira trouxe à tona a indagação sobre algum tipo de preconceito e/ou discriminação atentado ao pai, mãe ou responsável. Oito famílias responderam que “não”, apenas três, afirmaram que “sim”, com comentários: “já” e completou “pelas tatuagens” que muitos associam “às drogas, bebidas e cigarros” e outro, “algumas vezes por ser do interior”, outra mãe relatou: “em relação à minha cor de pele, não. Por ser mulher, sim”.

Como podemos perceber a nossa sociedade além de ser racista, também cultiva outras discriminações e preconceitos como as indicadas acima: “ser do interior”, “tatuagens” e por “ser mulher”. Nesse sentido a reconstrução do currículo escolar faz-se necessário para incorporar as culturas silenciadas e trazer para o debate as questões que envolvem raça, etnia, religião, sexualidade e gênero.

Na quarta questão foi indagado acerca da importância ou não em desenvolver na escola projetos específicos que enfoquem as relações étnico-raciais entre as pessoas. O resultado foi invariavelmente favorável ao implemento da educação étnico-racial na prática escolar. É o que mostra o posicionamento das famílias no parágrafo abaixo.

Cinco responderam apenas com um “sim” e as outras sete responderam “sim”, tecendo as seguintes considerações: “porque é muito importante para todos que não pode ter preconceito porque é crime”, “acho muito importante desenvolver esse tipo de projeto na escola”, “sim, pois a criança cresce respeitando o colega de classe independentemente da cor”, “sim, acredito ser importante para que a criança cresça tendo a consciência do que é discriminação, preconceito e racismo”, “sim, fica como sugestão para pré-adolescentes e professores que assistam ao filme – Vista a Minha Pele”, “considero imprescindível. As crianças devem conhecer e conviver harmoniosamente com as diferenças, sejam elas quais forem”.

Como podemos perceber, os indícios do racismo e da discriminação aos negros muitas vezes camuflados nas atitudes e comportamentos, estão presentes na sociedade e conseqüentemente na escola. Por outro lado, há certa consciência antirracista, nas respostas das famílias reproduzidas acima com valores e hábitos e propostas que visam respeitar as diferenças existentes entre os diversos grupos que compõem a sociedade brasileira, valorizando o ser humano.

Finalmente, na quinta questão perguntamos se a família conhece ou ouviu falar sobre a lei 10.639/03: seis famílias responderam “não”, três responderam “sim”, uma não respondeu e duas responderam “não”, com comentários: “não conheço, nunca ouvi falar”, outra afirma, “não, mas digitei no Google”. Outras duas famílias responderam “sim”, com comentários: “sim, fala sobre a consciência negra” e outra: “sim, desde sua promulgação. Acho que a maioria das escolas ainda trabalha timidamente com ela. A abordagem dos temas étnico-raciais deveria ser sistemática e abrangente”.

Concluindo, podemos afirmar que essa última reflexão que diz “a abordagem do tema étnico-raciais deveria ser sistemática e abrangente”, aponta para a necessidade de investir com responsabilidade e profundidade na implementação da Lei 10.639/03, trazendo para o currículo escolar as questões que envolvem as relações étnico-raciais, dando ao aluno o direito de apossar de seus benefícios adquiridos por Lei, portanto não deve jamais continuar sendo silenciados.

6. DESENVOLVIMENTO DE ATIVIDADES DO PLANO DE AÇÃO

As atividades desenvolvidas na Turma Amarela surgiram de encontros e desejos da escuta da criança ao observar o seu encantamento em pegar objetos e produzir sons; da sensibilidade das professoras em perceber a necessidade e oportunidade de diversificar o repertório musical da escola, proporcionando às crianças o contato com elementos da cultura africana e afro-brasileira em conformidade com a Lei 10.639/03.

Buscamos também, a objetividade da Secretaria Municipal de Educação ao propor o trabalho de música de acordo com a Lei 11.769 de 18 de agosto de 2008, que altera a Lei 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, para dispor sobre a obrigatoriedade do ensino da música na Educação Básica. As atividades foram organizadas em encontros semanais de trinta minutos, durante o período de fevereiro a novembro de 2014.

6.1 RODA DE MUSICALIZAÇÃO

O círculo tem grande importância em qualquer tipo de reunião na África, como também ocorre em outras culturas. Em círculo se organizam as tribos, as famílias e o aprendizado informal. A forma circular confere igualdade entre os circundantes e ao elemento central acesso a todos simultaneamente. Na tradição africana, o círculo é símbolo da relação do indivíduo com a natureza, consigo mesmo, com a família, parentes e ancestrais.



Figura 4: Roda de Musicalização



Figura 5: Roda de Musicalização

Essa atividade foi realizada em sala de aula. Antes de iniciar a atividade com as crianças o espaço era totalmente preparado tendo as mesmas como expectadoras da organização do ambiente. Nesse momento cada detalhe da organização era narrado com detalhes minuciosos e as crianças aguçadas pela sua curiosidade natural escutavam a voz da professora, ora seu canto, seu silêncio e seus movimentos, desejosos em conhecer o que estava acontecendo e o que viria a acontecer. Durante a preparação buscamos explorar a variedade de ritmos e estilos ricamente presentes na música brasileira.

Em roda as almofadinhas coloridas – confeccionada pela família – eram colocadas sobre o tapete emborrachado de acordo com o número de crianças presentes. Durante a atividade as crianças sentadas nas almofadas eram estimuladas a apreciar, explorar e produzir canto e sons através do corpo – boca, mãos, pés - e objetos – materiais reutilizáveis: latas, capas de DVD, rolos de papelão, garrafas plásticas e cilindros de papelão.

Todo o processo da atividade foi realizado passo a passo. O primeiro momento foi da apreciação e exploração das almofadinhas; as crianças sentavam, abraçavam, deitavam e mordiam as almofadas ao som de seus próprios balbucios e/ou vocais das professoras, ora reproduzindo os balbucios das crianças ou interpretando - Grupo Tambolelê e UAKTI e Tabinha.

No segundo momento, já familiarizadas com as almofadas, a cada encontro era disponibilizado o contato com um tipo de sucata – latas, capas de DVD, garrafas plásticas - que além da apreciação e exploração permitam a produção de vários sons, melodias e ritmos.

Essa etapa da atividade foi desenvolvida durante todo o primeiro semestre, pois no universo infantil, na relação entre o eu e outro, a criança cria e recria, aprende e transforma. Todavia, para que isso ocorra, a criança precisa de estímulos que a leve a participar individual e coletivamente das atividades aprendendo através dos movimentos que seu corpo pode proporcionar.

No terceiro momento – segundo semestre - foi proporcionado o contato com o tambor – cilindro plástico e de papelão médio – e a baqueta. Nessa etapa a habilidade das crianças no manuseio do instrumento estava bem desenvolvida, elas já conseguiam movimentar o objeto com o corpo em ação.



Figura 6: Roda de musicalização



Figura 7: Roda de Musicalização

Então neste momento articulamos a Roda de Musicalização e Teatro Musicalizado, tendo como protagonistas as crianças da Turma Amarela e posteriormente os seus familiares. Nessa etapa do projeto buscamos envolver também a família com os saberes da cultura africana em especial no que se refere à receptividade, imensamente valorizado pelos povos africanos, acolhendo-os, no momento mais importante para a criança – a chegada dos pais no final da tarde – bem como para a família que é o reencontro com o filho.



Figura 8: Participação da família

Fonte: Pessoal

Nesse momento, na sala de aula a família era convidada a entrar na roda para acolher seu filho cantando “Funga Aláfia” - fazendo os gestos que simbolizam amizade e acolhimento para depois fazer soar os tambores no ritmo frenético do Tilé – sons sem significado verbal com

destaque para a expressão corporal. Os familiares entravam tímidos e saíam alegres e satisfeitos com a façanha.

6.2 TEATRO MUSICALIZADO

Essa atividade teve origem no ato de preparação do ambiente para a roda de musicalização, quando observamos os olhares atentos e curiosos das crianças em nossos movimentos e expressões faciais e vocais na organização do espaço. Naturalmente estávamos criando e desenvolvendo uma atividade dentro de outra atividade e assim nasceu o “Teatro Musicalizado” na UMEI Silva Lobo.

O propósito dessa atividade “Batucando eu vi a África pela música”, nasceu da necessidade em viabilizar projetos que visam à educação das relações étnico-racial e cultural na educação infantil, bem como disseminar a arte da musicalização e sua importância nesse espaço; pois a musicalidade está presente enquanto manifestação cultural. Desse modo, a criança traz consigo toda uma vivência em ritmos, sons e melodias dos quais a escola não deve e não pode ignorar.

Nesse sentido, buscamos aproximar as crianças de compositores que retratam com originalidade e cantam com dignidade a História do povo negro, numa perspectiva do respeito, valorização e reconhecimento das diferenças étnicas e culturais. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais:

Ao valorizar as diversas culturas que estão presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas e expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais. (PCN, 2000, p.51).

Primeiramente, a atividade foi desenvolvida no espaço da sala de aula com a turma Amarela – público alvo do plano de ação – depois se estendeu para outras turmas e turnos. A organização do mesmo aconteceu de forma gradativa. Nas primeiras apresentações – somente com a Turma Amarela, buscamos atuar sem o uso de vestimentas, acessórios e instrumentos musicais; explorando unicamente as expressões faciais e vocais – declamação, onomatopeias, sons aleatórios - e percussão corporal; sempre alertas aos parâmetros sonoros – grave/agudo, forte/fraco, lento/rápido, curto/longo etc. Gomes (2003), ressalta que:

A educação pode desenvolver uma pedagogia corporal que destaque a riqueza da cultura negra inscrita no corpo, nas técnicas corporais, nos estilos de penteados e nas vestimentas, as quais também são transmitidas oralmente. São aprendizados da infância e da adolescência. O corpo negro pode ser tomado como símbolo da beleza, e não de inferioridade. Ele pode ser visto como o corpo guerreiro, belo, atuante presente na história do negro da diáspora, e não como o corpo do escravo, servil, doente e acorrentado como lamentavelmente nos é apresentado em muitos manuais didáticos do ensino fundamental. (GOMES,2003, p.81).



Figura 9: Teatro Musicalizado

No segundo momento, respeitando o ritmo e desenvolvimento da turma, a estes foram acrescentados pouco a pouco outros elementos – tecidos e fitas coloridas; instrumentos musicais:

Pandeiro – geralmente circular, contando ou não com platinelas que vibram quando a pele é percutida. Presente em diversas culturas do mundo é considerado por muitos, instrumento brasileiro por excelência, presente no samba, no choro, no coco, na capoeira, etc.;

Agogô – instrumento de percussão de origem africana, composto de duas a quatro campânulas de tamanhos diferentes, ligadas entre si pelas vértices. Para se tirar som desse instrumento usa-se uma baqueta de madeira;

Afoxé – instrumento de percussão de origem africana, composto de uma cabaça coberta com uma rede de contas. O som é produzido quando se giram as contas em um sentido e a extremidade do instrumento, o cabo, no sentido oposto;

Caxixi – instrumento de percussão que consiste em um pequeno cesto de palha contendo sementes que se entrecrocavam quando sacudido. É usado no Brasil, em conjunção com o Berimbau;

Cabuletê – pequena caixa de ressonância com couro dos dois lados e um pequeno cabo. Quando o instrumento é girado, o couro é percutido por duas pequenas sementes que saem das suas laterais, penduradas por um barbante;

Ganzá – instrumento de percussão utilizado no samba e em outros ritmos brasileiros. É tipo de chocalho cilíndrico feito de metal ou plástico contendo grãos, areia ou pequenas contas;

Maraca – instrumento de percussão composto por uma cabaça com cabo, contendo no seu interior sementes, grãos ou areia;

E interpretações das canções: Caminhando Só - Grupo Tambolelé; Tá caindo fulô - Grupo UAKTI e Tabinha e Meninas de Sinhá e outras de domínio público como: Adeus povo bom, adeus; Minha Jangada e Quem te ensinou a nadar. Sempre ao término de cada apresentação as crianças eram estimuladas a explorar os acessórios e instrumentos utilizados na atividade.

No terceiro momento acrescentamos o tambor. A princípio gostaríamos de ter em mãos um tambor profissional, mas na falta deste utilizamos vários cilindros de papelão – material reutilizável muito trabalhado na escola – e confeccionamos vários tambores.



Com a chegada do tambor veio também às vestimentas – saias com fitas e tecidos coloridos e a blusa exclusiva do projeto na cor preta com a estampa do rosto negro com as cores da África; acessórios – turbantes; e canções tipicamente africanas:

Funga Aláfia - canção tradicionalmente usada para dar boas-vindas as pessoas, com emprego de gestos que simbolizam amizade e acolhimento;

Chai, chai – canção originária da África do Sul. É uma tradicional canção de trabalho. É costume em muitas aldeias o canto para celebração, colheita ou outros acontecimentos sociais.

Abiyoyo – acalanto tradicional da África do Sul, referindo-se a um gigante que apavora uma aldeia. Abiyoyo é o nome do gigante.

A melodia e ritmos dessas canções conquistaram crianças e professoras que as ouviam; e não demorou muito para que algumas das professoras demonstrassem satisfação e interesse em agendar para a sua turma nossa apresentação. Gostaríamos de ter atendido a todas, mas apresentamos apenas para quatro turmas do turno da tarde.

As turmas contempladas foram: uma turma de três anos, uma turma de quatro anos e duas turmas de cinco anos – onde procuramos articular a apresentação do Teatro Musicalizado, intitulado “Batucando eu vi a África pela Música” com o projeto desenvolvido pelas turmas e depois para todo o turno da manhã com o objetivo de divulgar o plano de ação e convidá-los para o evento “Sábado Cultural”, com os alunos da Escola Municipal Henriqueta Lisboa.



Figura 10: Convite do evento "Sábado Cultural"

7. ENCONTRO DE PARCEIROS

7.1 ESCOLA MUNICIPAL HENRIQUETA LISBOA

A parceria com a Escola Municipal Henriqueta Lisboa começou na sala de aula do LASEB⁸. Conversando e trocando informações com a professora Ediléia – aluna do LASEB – sobre a minha intenção de fazer um intercâmbio com outra escola que estivesse desenvolvendo projetos envolvendo música e dança afro; e prontamente ela me indicou o professor Leonardo, relatando o trabalho que o mesmo estava desenvolvendo com alunos da Escola Integrada.

Gostei muito do que ouvi e agendei imediatamente com a Henriqueta – coordenadora da escola integrada e com o professor Leonardo, coordenador dos projetos de danças africanas e afro-brasileiras – um momento para visita à escola. Com uma cópia do projeto do Plano de Ação em mãos – “Batucando, eu vi a África pela música”; lá estava eu e a professora Katia para a tão esperada visita.

Apresentamos e conversamos sobre os nossos projetos numa perspectiva de envolver, estimular a escola e a comunidade a se despir das velhas práticas e concepções pedagógicas e se revestir de uma nova mentalidade crítica e transformadora a respeito da cultura africana e afro-brasileira para enfrentar os desafios postos que dificultam pôr em prática no cotidiano da sala de aula a Lei 10.639/03.

Segundo o professor Leonardo, o desafio maior em articular as atividades envolvendo as questões étnico-raciais com os alunos, esbarra no estranhamento da família que vê a temática com um olhar preconceituoso e discriminatório. Comportamento que influencia negativamente as crianças na apreciação e interesse nas atividades elaboradas sobre a temática.

Abordar a História da África e Cultura Afro-Brasileira reporta às matrizes religiosas africanas e a religiosidade afro-brasileira é muito discriminada e relegada ao mal; questão analisada pelo coordenador do Programa de Ações Afirmativas da UFMG, Rodrigo Edmilson de Jesus⁹, que traduz esse estranhamento, explicando que “algumas religiões satanizam a cultura africana e isso é muito prejudicial, tornando um desafio para o entendimento da própria diversidade brasileira”. O Tempo (15/12/2013).

⁸ LASEB – Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica.

⁹ Em Prol da Igualdade – Entrevista cedida ao Jornal “O Tempo” em 15/12/2013.

Durante a visita conhecemos um pouco do trabalho desenvolvido pelo professor Leonardo e sua equipe, assistindo a uma amostra do trabalho coreográfico – com a música “Identidade” de Jorge Aragão - e trabalho de percussão. O professor Leonardo explicou que iniciou o trabalho trazendo a cultura afro-brasileira em primeiro plano para depois introduzir a cultura africana com o objetivo de desconstruir o imaginário negativo e distorcido que se tem da África, principalmente em relação aos movimentos corporais, batuque forte e ritmo frenético.

Despedimos, selando nossa parceria, agendando para o dia da Festa da família a apresentação de danças africanas e afro-brasileira na nossa escola. Ao colocarmos a conhecimento da direção da escola a proposta da atividade nesta data, a mesma pediu uma nova data, comunicando que já havia confirmado presença com outros convidados – um capoeirista e o cantor e compositor Saulo Sabino – e mais um evento a sobrecarregaria em recepcionar a todos.

Agendamos outra data, mas o nosso desejo era o dia da Festa da Família, por ser um evento onde a presença dos pais é muito grande. Todavia garantimos na Festa da Família a oficina de musicalização, totalmente voltada para o plano de ação. Durante a atividade batucamos e vimos a África pela música; cantando e dançando músicas africanas e afro-brasileiras – Funga Aláfia, Chai-chai, Abyoio, Caminhando Só, Tá Caindo Fulô, Adeus Povo Bom, Ondé Qué e várias cantigas de roda.

A oficina foi um sucesso, através do teatro musicalizado, viajamos com o público atravessando o Brasil até a África e depois da África até o Brasil, contando e cantando as histórias de lá e as histórias de cá, valendo da interatividade, ora com as crianças, ora com a família; possibilitando um elo entre o lúdico e informação; criatividade e conhecimento.

O evento realizado pelos alunos da Escola Municipal Henriqueta Lisboa, aconteceu no dia 01/11/2014; uma inesquecível e proveitosa manhã de sábado. Toda a escola foi convidada para o “sábado cultural, ” e cada criança, professoras e demais profissionais da escola ganharam um convite todo trabalhado com as cores e símbolos da cultura africana.

A apresentação foi organizada no saguão da escola; não compareceu o público estimado, mas teve um número significativo de pessoas – professoras, funcionários, crianças e pais – participando do evento. Para abertura do evento, eu e a professora katia, iniciamos a nossa viagem mar adentro, contando e cantando as belezas de lá e as belezas de cá, quando os

tambores ecoaram no tilelê, tilelê¹⁰, convidando a todos para batucar, ver e ouvir as riquezas da África pela música.

Em seguida, as crianças da Escola Integrada entraram em cena e apresentou uma coreografia bem elaborada com a música “Identidade” do cantor e compositor Jorge Aragão, interpretado pelo professor Leonardo, ao som dos tambores. Nas palavras do professor Leonardo “essa música nos leva refletir sobre os diversos aspectos da discriminação racial e tem como tema central a luta pela preservação da cultura de raiz”.



Figura 11: Apresentação da coreografia Identidade

Na segunda apresentação um outro grupo de crianças dançou uma belíssima coreografia com a música “Canto das três raças” de Paulo César Pinheiro, interpretada pela saudosa Clara Nunes e também pelo professor Leonardo que traduz essa música como uma “viagem pelos tempos de escravidão no Brasil e o mito das três raças”.

E a terceira apresentação uma dança africana foi apresentada pelas crianças, “Tributo à Rainha¹¹”, retratando a história da rainha Nzinga, que segundo o professor Leonardo “viveu no Sul da Nigéria e foi a rainha de duas tribos – Jalês e Akês - que antes de sua chegada brigavam pelas águas do Rio Niger. Ela então uniu as tribos em um povo só: os JALEAKÊS.

¹⁰ Tilelê – sons sem significado verbal, com destaque para a expressão corporal.

¹¹ Tributo à Rainha – Coreografia da grande percussora de Dança Afro Marlene Silva.

Ao término das apresentações o professor Leonardo tomou a palavra e reafirmou a importância da valorização e reconhecimento da contribuição do povo negro na formação do povo brasileiro e a mudança de atitude que já se pode perceber nas crianças e famílias após a iniciativa de desenvolver projetos na temática étnico-racial. Para encerrar o evento foi oferecido um lanche – canjiquinha temperada – comida típica da culinária mineira.

7.2 GUARDA DE CONGADO SÃO BENEDITO

Em dezembro, começamos a colher frutos dos eventos realizados. Por iniciativa de uma mãe, o congo foi até a UMEI Silva Lobo. O evento aconteceu como elemento surpresa; a coordenadora da escola nos informou da visita e no determinado dia e horário, lá estava a Guarda do Congo de São Benedito do Bairro Nova Granada, composta por homens, mulheres e crianças, vestindo as cores brancas e marrons, cantando e dançando ao som dos vocais e dos tambores.



Figura 12: Guarda de Congado São Benedito

As crianças da escola, cuja família fazia parte da guarda se uniram enriquecendo ainda mais aquele momento único de pura manifestação cultural e religiosa. Durante a apresentação as

nossas crianças estavam atentas e curiosas a todos os movimentos executados pela guarda; mas a turma amarela – público alvo do plano de ação – não aceitou só ficar observando, dançavam a todo o momento e cantaram juntos com a guarda do Congado “Tá Caindo Fulô¹²”.

A guarda cantou e dançou encantando a todos. Durante a apresentação observei que as crianças com sua curiosidade que lhe é natural estavam atentas a todo o movimento do corpo dos dançarinos, tentando repetir os movimentos.

A participação de crianças no Congado é observada na pesquisa de Couto (2003, p.116), sobre a importância de ainda na infância permitir o contato das crianças com a cultura do congado. Segundo a pesquisadora, “de acordo com o costume local os dançarinos introduzem seus filhos desde pequenos para que eles peguem gosto”, ou seja, para que as mesmas no futuro possam dar continuidade à tradição familiar.

¹² Tá Caindo Fulô – canção de domínio público.

8. MATERIALIDADE

Para a realização das atividades privilegiamos o corpo e a voz, os instrumentos mais utilizados durante todo o processo do desenvolvimento do Plano de Ação; interpretando os compositores que cantam a história do povo negro com dignidade e responsabilidade e tendo como suporte os materiais reutilizáveis muito utilizados na prática pedagógica da UMEI Silva Lobo.

Acervo de CDS:

- Meninas de Sinhá - Tá caindo Fulô
- UAKTI e Tabinha – Mulungu do Cerrado;
- Grupo Tambolelê - Tambolelê
- Sergio Pererê - Alma Grande
- Lilian Abreu Sodré - Música africana na sala de aula: -
- Sérgio Santos - Áfrico quando o Brasil resolveu cantar

Materiais reutilizáveis:

- Latas de alumínio;
- Capas de DVDS;
- Cilindros plásticos (médio);
- Cilindros de papelão (médio);
- Baqueta feita com madeira e tecido;
- Fitas e tecidos coloridos.

Instrumentos musicais:

- Pandeiro,
- Agogô,
- Afoxê,
- Caxixi,
- Cabuletê,
- Ganzá,

- Maraca.

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

DATA	AÇÕES PEDAGÓGICAS
ABRIL/ MAIO 2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Pesquisa/questionário sobre a Lei 10.639/03, ▪ Levantamento do quesito cor/crianças no total de 313 crianças dos turnos Manhã/Tarde; ▪ Organização pasta/texto para as professoras; ▪ Rodas de produção de sons, ritmos e cores com as crianças; ▪ Teatro Musicalizado/professoras
JUNHO/JULHO 2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Visitação à festa do Divino na Comunidade Morro das Pedras; ▪ Rodas de produção de sons, ritmos e cores com as crianças.

DATA	AÇÕES DESENVOLVIDAS
	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Parceria com professoras que interessa pela temática; ▪ Roda de produção de sons, ritmos e cores com as crianças;

AGOSTO/SETEMBRO 2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Apresentação do Teatro Musicalizado; ▪ Festa da Família na UMEI Silva Lobo; ▪ Contato com músicos: Maurício Tizumba, Sérgio Pererê e Sérgio Santos para parceria voluntária.
-----------------------------	--

OUTUBRO/ NOVEMBRO 2014	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Rodas de produção de sons, ritmos e cores com as crianças; ▪ Apresentação do Teatro Musicalizado; ▪ Pesquisa questionário com as famílias da Turma Amarela sobre o Projeto Batucando e a Lei 10.639/03; ▪ Apresentação de dança africana e afro-brasileira com os alunos da Escola Municipal Henriqueta Lisboa; ▪ Confecção de livros visuais com fotos de revistas de pessoas pardas, morenas, negras e fotos das crianças da Turma Amarela.
----------------------------------	---

10. AVALIAÇÃO

A avaliação aconteceu de modo processual e contínuo, por meio de observações, reflexões e registro fotográficos das atividades desenvolvidas com as crianças da turma envolvida e demais turmas que se interessaram pelo projeto. A pesquisa questionário foi de fundamental importância no sentido de direcionar o plano de ação em busca de atividades que atendessem a proposta da Lei 10.639/03 e ao mesmo tempo provocasse o interesse das pessoas.

A afirmação da não existência do debate em torno das relações étnico-raciais na escola e a falta de conteúdo teórico relatada pela maioria das professoras entrevistadas, proporcionou a

organização de uma pasta com textos referente ao tema e colocada à disposição de todas na sala de estudo das professoras.

Entretanto, de maio a dezembro apenas duas professoras haviam pegado um texto para a leitura. Uma professora do turno da manhã demonstrou preocupação e interesse em obter mais conhecimento e as discussões avançaram com trocas de filmes sobre a temática.

O envolvimento com as famílias rendeu convites para a festa do Divino e festa do Congado de São Benedito do Nova Granada. Compareci à festa do Divino no sábado e fiquei maravilhada com o encontro de duas crenças religiosas em uma só procissão. O padre com seu megafone cantava enquanto o congado em silêncio ouvia, depois os tambores ressoavam e a guarda cantava e a procissão seguia neste ritmo de fé e alternância de vozes e tambores.

A oficina de musicalização com música africana e afro-brasileira foi um sucesso. Durante duas horas e meia de apresentação passaram pela oficina crianças e adultos que participaram ativamente da atividade. O público presente apreciou um repertório diferente, alegre e colorido em ritmos, sons e melodias que a música africana oferece em consonância com a afro-brasileira.

A proposta em trazer para a escola a presença de músicos voluntários não foi possível “ainda”, mas se não fisicamente, pela música eles tornaram amigos da escola com a ressignificação do repertório musical com a contribuição de pessoas que cantam com respeito e dignidade a história do povo negro.

Nesse contexto, trouxemos para um sábado cultural em parceria com a Escola Municipal Henriqueta Lisboa – alunos da escola integrada – para apresentação de danças africanas e afro-brasileiras. É, do nosso desejar ampliar essa parceria para outras apresentações futuras, pois o trabalho do professor Leonardo e de toda a equipe da Escola Integrada da Escola Municipal Henriqueta Lisboa é muito bem planejado e organizado e percebe-se na equipe um engajamento forte em conhecimento dos estudos étnicos-raciais e presteza em viabilizar a cultura africana e afro-brasileira em outros espaços.

As atividades ao longo do ano com a turma alvo do projeto desenvolveu de forma gradativa respeitando o tempo e desenvolvimento da turma com a atividade proposta. A resposta foi rápida e em pouco tempo as crianças apropriaram do ritmo e melodia com muita maestria. O

teatro musicalizado chamou a atenção de outras crianças e professoras, que tivemos que agendar algumas apresentações em outras turmas.

A alegria e avaliação verbalizadas das crianças a todo o momento que nos encontrava nos corredores da escola e até mesmo fora da escola – “você vai voltar? ”, ””hoje vai ser na nossa sala? ”ou “que dia vai ser a festa? ”. Essa última referindo ao sábado cultural - mostra o quanto é possível a escola vestir a camisa contra o racismo na escola ou em qualquer lugar onde ele possa manifestar, porque a criança se alegra com o novo, com o diferente, ela quer conhecer, então a mudança é possível.

Como esses saberes, já estavam chegando até a família através das crianças, um questionário foi enviado para as famílias contendo cinco questões em torno da educação étnico-racial entre as pessoas e quando indagado sobre projetos voltados para a temática, todos foram favoráveis ao seu desenvolvimento no espaço escolar. As famílias da Turma Amarela aprovaram, envolveram e participaram das atividades com alegria e satisfação.

Buscamos também, ampliar o foco dos materiais pedagógicos da sala de aula disponibilizando para as crianças o contato com a representatividade negra, confeccionando livros plastificados com fotos de pessoas negras, pardas e morenas e também fotos das próprias crianças, seus familiares e amigos. Já no final do ano tivemos a alegria em receber na escola a Guarda de Congado São Benedito do Nova Granada. Foi excepcional, pois trazê-los estava em nossa pauta e no entanto, por iniciativa de uma mãe de um aluno da UMEI, eles foram até a escola e proporcionaram um encontro rico de manifestação cultural e religiosa.

De um modo geral, avaliamos como positivo todo o processo do plano de ação. Pedimos também as professoras que nos avaliassem e apenas uma fez a avaliação por escrito: “A apresentação foi bastante proveitosa, as crianças interagiram e se envolveram de tal forma que juntos viajamos para a África, conhecendo um pouquinho mais das nossas origens”. As demais avaliaram oralmente como “ótimo trabalho”.

Abordar as questões étnico-raciais na escola é um desafio porque tudo que se refere a África ainda é visto pela maioria como algo inferior ou negativo, principalmente quando se trata das religiões de matrizes africanas. Nesse aspecto escolhemos o caminho da música para sensibilizar, porque ninguém melhor que a música tem o poder de comunicação arrebatador. É também do nosso desejo o contato permanente com a Guarda do Congado São Benedito para

fortalecer a participação da comunidade e escola junto aos projetos voltados para a educação das relações étnico-raciais e culturais.

11. CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Na escola não existe racismo”; “As crianças não são preconceituosas”, “A lei pode gerar ainda mais o preconceito”. Infelizmente, frases como essas se ouve com frequência, principalmente entre professores e professoras saudosistas que preferem permanecer na zona do conforto a enfrentar os desafios; como bem analisou Louro (2005), “preferem contar com direções claras e metas sólidas”, porque reconhecer a existência do racismo, significa rever a

velha prática, desconstruir o currículo único e imutável e defender uma educação questionadora das práticas racistas.

A maioria das pessoas que for interpelada, a respeito da existência do racismo na infância é possível dizer que seria unânime a afirmativa que as crianças não são preconceituosas e que as mesmas convivem harmoniosamente entre seus pares, principalmente no espaço escolar. Com certeza, as crianças não nascem racistas, todavia nascem em meio a uma sociedade racista, sexista e classista; que aos poucos frente as normas estabelecidas como únicas e imutáveis, acabam por torná-las suscetíveis a atitudes e comportamentos discriminatórios.

O universo infantil é carregado de aparatos que sustentam os ideais hegemônicos. A maioria dos produtos ofertados à criança escamoteia a existência de outras culturas. E por consequência as crianças brancas e não brancas tendem a desenvolver uma percepção de mundo unilateral, configurando as diferenças como negativas.

As relações raciais na sociedade brasileira, sempre se deram no campo das tensões e conflitos, desde os tempos da escravidão dos povos negros no Brasil até os dias atuais. A estrutura racista que por séculos explorou a população negra como força de trabalho escravo é a mesma que difundiu a do branqueamento para “depurar” a raça, no intuito de dissipar negros e índios da formação do povo brasileiro e posteriormente o falso discurso da democracia racial. Nesse cenário, tais estratégias racistas ao longo dos séculos construíram uma profunda desigualdade racial, somada à desigualdade socioeconômica.

A escola brasileira, sempre negou a existência do racismo em seus domínios e trazer essa discussão à tona não é uma tarefa fácil, uma vez que não se reconhecendo como racista, não traz para a sua pauta de discussões abordagens significativa sobre os povos africanos e afro-brasileiros; obviamente que por consequência essa prática corrobora os atos discriminatórios e preconceituosos que refletem na escola em introversão, evasão e baixo rendimento escolar e em outras instâncias sociais em cargos subalternos, baixa remuneração; bem como a baixa qualidade de vida.

O Movimento Negro muito tem contribuído denunciando as desigualdades de acesso a direitos, bem como, reivindicando junto ao poder público a fomentação de políticas de ações afirmativas em favor da população negra brasileira. A luta do Movimento Negro no combate

ao racismo perpassa em especial pela educação para dar visibilidade ao negro e sua cultura por séculos excluídos.

Desse modo, a Lei 10639/03 foi pensada e assinada para reformular o currículo escolar efetivando o reconhecimento e valorização da contribuição do povo negro e seus descendentes na construção da identidade do povo brasileiro. Nesse sentido, a Lei 10.639/03 e diretrizes complementares ampliam o foco do currículo escolar englobando novos saberes secularmente silenciados, porém resistente à hegemonia da cultura dominante.

Sabemos que ao longo da história da educação brasileira, o currículo esteve voltado para a valorização da cultura europeia, através da prática de homogeneização, e ainda tão presente nas práticas escolares excluindo os seus diferentes. Sabemos também da existência de uma lacuna no processo de formação de professores (as) referente aos estudos sobre a África e cultura afro-brasileira, mas, nunca motivo para que os (as) professores (as), permitam que esse silenciamento se perpetue, muito pelo contrário, como formadores (as) de pessoas críticas e questionadoras, devem ter a lei como aliada e provocar transformações.

A escola obviamente, convive com diferentes núcleos familiares que necessitam serem reconhecidos e considerados em sua diversidade, mas acaba por silenciá-los. Tais práticas e discursos que negam as diferenças não mais silenciam e nem mínguam as forças que emergem dos movimentos sociais que reivindicam espaços para novas identidades e culturas em defesa do direito a ter direito nos mais diversos campos do país.

Nesse sentido, a busca por uma educação antirracista consiste na incorporação de culturas e etnias silenciadas no currículo escolar de todos os níveis de ensino. E imperativo trazer à luz do conhecimento esses saberes de forma positiva, reconhecendo-os como fonte de enriquecimento para o fortalecimento das relações sociais.

O discurso atual no cotidiano escolar não é pela melhoria na educação? Ou educação de qualidade para todos (as)? Nesse momento em que os movimentos sociais lutam por direitos, reconhecimento e valorização de suas identidades e ao mesmo tempo denunciando todas as manifestações preconceituosas e discriminatórias, a escola e seus atores educacionais muito têm que aprender com os movimentos sociais, articulando parcerias com os mesmos em busca de uma educação realmente emancipadora e democrática

Destarte, a falta de visibilidade da criança negra no espaço escolar é traduzida pela Lei 10.639/03 ao institucionalizar a obrigatoriedade da inclusão no currículo escolar o ensino das culturas africanas e afro-brasileiras. Nessa perspectiva, a escola só sai fortalecida com a incorporação de novos saberes e com mais respaldo em trilhar o caminho rumo a uma educação transformadora e antirracista. Mas, para que isso ocorra, é imprescindível a reestrutura curricular revendo com criticidade e responsabilidade sua prática pedagógica.

Esperamos com a apresentação da análise e interpretações dos resultados, podermos contribuir para com o debate permanente e responsável em torno das relações étnico-raciais, criando possibilidades e caminhos para o desenvolvimento de ações afirmativas para formação permanente de professores (as) e projetos de reconhecimento e valorização das diferenças que favoreçam a construção da identidade étnico-racial e cultural dos sujeitos.

12. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. São Paulo: Manole.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: pluralidade cultural e orientação sexual*/Secretaria de Educação Fundamental. – 2. Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CARVALHO, Lílian Rocha de Abreu Sodré. *Música Africana na Sala de Aula: cantando, tocando e danando nossas raízes negras*. São Paulo: Duna Dueto, 2010. Acompanha CD.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: racismo, preconceito e discrimina o na educa o infantil*. São Paulo: Contexto, 2003.

COUTO, Patrícia Brandão. *Festa do Rosário: Iconografia e poética de um rito*. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2003.

FAZZI, Rita de Cássia. *O Drama Racial de Crianças Brasileiras: socializa o entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GOMES, Nilma Lino. Intelectuais Negros e Produ o do Conhecimento: algumas reflexões sobre a realidade brasileira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.) *Epistemologia do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p.494-516.

_____. *Alguns Termos e Conceitos Presentes no Debate Sobre Rela es Raciais no Brasil: Uma breve discussão*, In: Educa o antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal n  10.639/03. Brasília: MEC/BID/UNESCO, 2005.

_____. *Cultura negra e educa o*. *Revista Brasileira de Educa o*, 2003, n  23, p. 75-84.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, g nero e sexualidade. O normal, o diferente e o excêntrico. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane e GOELLNER, Silvana. (Org.). *Corpo, g nero e sexualidade – um debate contemporâneo sobre educa o*. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p.41-52.

MULUNGU DO CERRADO. Vários artistas. São Paulo: Sonopress Ritmo, 2001. 1 CD, Digital  udio.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. As culturas negadas e silenciadas no currículo. In: Silva, Tomaz Tadeu da. (Org.). *Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais na educação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

SANTOS, Sérgio. *Áfrico quando o Brasil resolveu cantar*. São Paulo: Sonopress Ritmo, 2001. 1 CD, digital áudio. Acompanha livreto.

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. In: MUNANGA, Kabengele (Org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação; Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SINHÁ, Meninas de. *Tá caindo fulo*. Belo Horizonte: Master Disc Produções, 2006.

TAMBOLELÊ. Vários artistas. 2: Pontos Comunicações, 2010. 1 CD, Digital Áudio. Acompanha livreto.

13. ANEXOS

Disciplina: Análise crítica da prática pedagógica (ACPP)

Prof. Orientador: José Raimundo Lisboa da Costa

Pesquisa na escola de origem: “A Lei 10.639/03 e a educação das relações étnico-raciais no espaço escolar”

Objetivo Geral: Coletar dados e informações relativos à implementação da Lei 10.639/03 na escola de origem da cursista a fim de subsidiar a (ré) escrita do memorial e orientar a elaboração do plano de ação.

Questão 01

Perfil do/a entrevistado/a – identificação

Idade

Sexo

Tempo de docência

Nível de atuação

Cor: auto declaração

Nível de escolaridade completo

Questão 02:

Em sua escola há Projeto Político Pedagógico? Em caso afirmativo, desde quando? Como foi sua construção? Qual seu eixo central?

Questão 03:

Em sua escola há algum movimento de inclusão da temática “História da África e Cultura Afro-Brasileira” nas práticas em sala de aula? Sim? Não? Em termos? Justifique sua resposta.

Questão 04:

Relativamente à questão de número 03, em caso afirmativo (inclusão). É possível dizer que ele se faz de modo a contemplar os princípios norteadores da Lei 10.639/03?

Questão 05:

Descreva e analise como você percebe a receptividade dos/as diversos/as professores/as de sua escola no que se refere à inclusão de História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

Questão 06:

Identifique, descreva e analise as percepções elaboradas pelos/as professores/as referente a institucionalização da obrigatoriedade de inserção de História da África e Cultura Afro-Brasileira no currículo escolar.

Questão 07:

Cite dois aspectos existentes na sua escola que favoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico-racial nas escolas.

Questão 08:

Cite dois aspectos existentes na sua escola que desfavoreçam o trabalho em torno da promoção da igualdade étnico-racial nas escolas.

Questão 09:

No que se refere às práticas pedagógicas de sala de aula, quais tem sido as iniciativas para viabilizar a implementação do decreto 10.639/03?

Questão 10:

Nessa escola existem materiais didáticos que abordem a diversidade racial e cultural entre as pessoas?

Questão 11:

Você se lembra se nessa escola existem livros infanto-juvenis que abordem a diversidade racial e cultural entre as pessoas? Em caso afirmativo, qual material conhece?

Questão 12:

Você se lembra se nessa escola existem filmes que abordem a diversidade racial e cultural entre as pessoas? Quais filmes existem nessa escola? Você já trabalhou com alguns desses materiais? Em caso afirmativo, com quais desses filmes você já trabalhou?

Questão 13:

Quais outras reflexões, ideias, propostas, críticas e sugestões você gostaria de registrar no sentido de contribuir para o desenvolvimento dessa pesquisa?

UMEI – UNIDADE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO INFANTIL SILVA LOBO

Querida família,

A Turma Amarela está vivenciando um momento único através do Projeto de Musicalização: ver, sentir e abraçar a África pela música. Este trabalho surgiu de encontros e desejos da escuta da criança ao observar o seu encantamento em pegar objetos e tirar sons; da sensibilidade das professoras ao perceber a oportunidade de proporcionar as crianças o contato com alguns elementos da cultura afro-brasileira através da alma da música, pelo viés dos tambores e da objetividade da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte ao propor o trabalho de música, bem como apresentar as questões que envolvem as relações étnico- raciais nos espaços infantis.

Em favor do conhecimento e para o sucesso desse trabalho, contamos com a sua colaboração nos enviando fotos de sua criança e seus familiares – pais, avós, tios, primos, amigos e vizinhos - e também responder a esse questionário.

OBS: As fotos serão devolvidas no prazo máximo de 30 dias.

Atenciosamente,

Eloisa e Katia.

QUESTIONÁRIO

Nome da criança:

Cor (auto declaração):

1 – Existe racismo no Brasil?

2 – E no espaço escolar?

3 – Você (pai/mãe/responsável) já sofreu algum tipo de preconceito ou discriminação?

4 – Você considera importante ou não desenvolver projetos na escola que visam as relações étnico-raciais entre as pessoas?

5 – Você conhece ou ouviu falar sobre a Lei 10.639/03?

Outubro/2014



L A S E B

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2014.

Prezado (a) Diretor (a),

Solicitamos sua autorização para que o(a) professor(a)/cursistas
----- do curso
de Especialização em Formação de Educadores para Básica da Faculdade de
Educação/UFMG, desenvolva seu projeto de pesquisa nessa instituição, ao longo deste ano.

Esclarecemos que este projeto é orientado por docentes qualificados desta Universidade e consiste em um *plano de ação* relacionado às temáticas do curso e as questões de interesse das escolas da rede municipal de ensino.

Trata-se de um compromisso de retorno a essas escolas, conforme objetivos da parceria entre a FaE/UFMG e a Secretaria Municipal de Educação. Além desse propósito, a consolidação deste projeto constituirá o trabalho final de curso, requisito para a certificação nesta Especialização.

Acrescentamos a esta solicitação um encaminhamento aos pais dos alunos envolvidos no projeto, para que possamos contar com sua adesão e autorização de participação dos filhos em atividades e registros.

Agradecemos por sua colaboração e nos colocamos à disposição para maiores esclarecimentos sobre este curso e os projetos nele desenvolvidos.

Atenciosamente,



Vanessa Sena Tomaz

Coordenadora Geral do Curso



Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 1669 – Pampulha - Belo Horizonte - MG - Cep: 31.270-901 - Fone:
(31) 3409-6369
Fax: (31) 3409-5311 – laseb@fae.ufmg.br / www.fae.ufmg.br/laseb

L A S E B
Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica

Belo Horizonte, 6 de dezembro de 2014.

Prezados Pais,

A Profa. _____ desenvolverá, nesta escola, um projeto relacionado a seu trabalho final de curso de Pós-graduação na Faculdade de Educação da UFMG, em convênio com a Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte.

Este trabalho será orientado por professores da UFMG e seu objetivo é o desenvolvimento de propostas pedagógicas que possam enriquecer a aprendizagem dos alunos e o ensino dos professores.

Solicitamos sua colaboração em entrevistas e outros dados necessários ao projeto e autorização para uso de seus relatos, imagens e vídeos no referido trabalho.

Atenciosamente,



Vanessa Sena Tomaz

Coordenadora Geral do Curso

Nome do aluno (a): _____

De acordo: assinatura dos pais / responsáveis pelo(a) aluno(a)

Av. Antônio Carlos, 6627 - Sala 1669 – Pampulha - Belo Horizonte - MG - Cep: 31.270-901 - Fone: (31) 3409-6369
Fax: (31) 3409-5311 – laseb@fae.ufmg.br / www.fae.ufmg.br/laseb